

05/02/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Bactérias podem ajudar os anfíbios a ficar mais cheirosos para os parceiros](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O reinício de velhos problemas](#)

[Projeto põe fim ao passe livre](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O que nos reserva o futuro](#)

[Pautas de educação no Congresso vão impactar pilares econômico e cultural do governo](#)

O GLOBO - RJ

[Por qué no te callas, Vélez?](#)

[Mãe de Cazuza pede a ministro respeito pela memória do filho](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[ProUni tem 947 mil inscritos; resultado sai na quarta](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Educação e saúde permeiam debate](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Gargalo no ensino](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[MEC amplia vagas de Medicina em duas universidades gaúchas](#)

O DIA - RJ

[ProUni tem 947 mil inscritos](#)

Agências de notícias e sites

DOURADOS AGORA

[UFGD abre inscrições para Mestrado Profissional em Administração Pública](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Proposta estimula criação de bibliotecas públicas](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Universidade Para Todos: Educação Superior Universal ou Aberta?](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro multiplica beneficiários de educação domiciliar em texto](#)

G1

[Prouni 2019 recebeu inscrições de quase 950 mil candidatos](#)

[Vantagens do ensino a distância - EAD](#)

PORTAL EXAME

[ProUni tem 947 mil inscritos, informa o Ministério da Educação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Candidatos têm até hoje para participar da lista de espera do Sisu](#)

R7

[Lista de espera Sisu: candidatos têm até esta terça-feira para participar](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Candidatos têm até hoje para participar da lista de espera do Sisu](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SERTÃO

[Doutorado em Biotecnologia da Unimontes abre inscrições](#)

ESPAÇO ECOLÓGICO NO AR

[Cientistas brasileiros descobriram que bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros](#)

GRUPO ORZIL

[PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Pesquisa comprova eficácia de medicamento para chikungunya](#)

[PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá](#)

PORTAL ON

[Ufla inicia obras de novo campus em Paraíso](#)

PORTAL TV CARIRI

[Professoras da URCA são surpreendidas com ação que pode exonerar seus cargos](#)

PÚBLICA

[Exclusivo: documento revela descaso da Vale com o risco de morte em ferrovia](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Participação de meninas cai na OBA](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Prazo para matrículas em universidades termina hoje](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Apesar da facilidade, educação a distância apresenta problemas para estudantes](#)

JORNAL PEQUENO - MA

[Número de pessoas presas inscritas no Enem e Encceja 2018 foi 16 vezes maior que em 2014](#)

ZERO HORA - RS

[EDUCAÇÃO BÁSICA: ANTES TARDE DO QUE NUNCA](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Ufla assina contrato para início das obras de novo campus em São Sebastião do Paraíso](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá](#)

[Revista RBEP tem novas diretrizes para submissão de artigos](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Escolas municipais de SP voltam às aulas sob ameaça de greves](#)

AGÊNCIA GLOBO

[A importância do investimento na educação de crianças pequenas: uma questão de justiça social](#)

G1

[Unimontes está com inscrições abertas para doutorado em Biotecnologia](#)

[Ufla assina contrato para início das obras de novo campus em São Sebastião do Paraíso](#)

O TEMPO - MG

[Aulas na rede particular voltam e na pública são adiadas em Brumadinho](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Bactérias podem ajudar os anfíbios a ficar mais cheirosos para os parceiros

Estudo pode alterar a maneira de estudar a comunicação entre sapos, rãs e pererecas, conhecidos pela vocalização feita por machos

São Paulo

O artigo é resultado do trabalho de pós-doutorado do biólogo argentino Andrés Brunetti, com supervisão de Norberto Lopes. Realizado na USP de Ribeirão Preto, com o apoio

da Fapesp. A pesquisa também contou com apoio do programa Biota-Fapesp, da USP, do CNPq e da **Capes**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/bacterias-podem-ajudar-os-anfibios-a-ficar-mais-cheirosos-para-os-parceiros.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA

O reinício de velhos problemas

Com o retorno das aulas em toda a rede pública do Distrito Federal, programado para o próximo dia 11, uma série de assuntos de suma importância para os estudantes e para a educação em geral, que haviam sido momentaneamente deixados de lado, devem retornar ao centro das discussões. Uma dessas questões é, talvez das mais prementes é com relação aos seguidos e crescentes casos de violência que vêm ocorrendo em boa parte das escolas públicas da capital. Por razões estranhas e ainda pouco explicadas, os casos de violência envolvendo aluno contra aluno e alunos contra professores ainda não mereceram a devida atenção das autoridades, o que, na prática significa, que em 2019 esses episódios lamentáveis retornarão às páginas do noticiário policial.

A rotina de insegurança de professores e de alunos ante a escalada da violência nas escolas, com seguidas agressões verbais e mesmo físicas, tem transformado nossos estabelecimentos de ensino num ambiente de trabalho insalubre e mesmo perigoso para esses profissionais e para o alunado.

Pesquisa do Sindicato dos Professores mostrou em trabalho recente que nada menos do que 97,15% dos educadores presenciaram cenas e atos de violência dentro das escolas. De fato, a onda de violência experimentada por todo o Distrital Federal nos últimos anos já transpôs os muros das escolas. As ocorrências envolvendo alunos armados, portando entorpecentes, brigas de gangues, ameaças de morte e outros fatos dessa natureza já são realidade presente no dia a dia de muitos de nossos estabelecimentos de ensino.

No estado vizinho de Mato Grosso, como no restante do país onde esses casos também vem ocorrendo, foi preciso a aprovação de uma lei específica (Lei 10.473) instituindo uma chamada “Política de Prevenção à Violência contra Profissionais da Educação da Rede de Ensino”, para assegurar proteção efetiva a esses trabalhadores, inclusive com a penalização também dos pais e responsáveis.

Pedidos de afastamento e de licenças de professores com depressão e medo de retornar ao convívio de alunos violentos aqui no Distrito Federal vem se avolumando a cada ano, sem uma resolução efetiva por parte das autoridades. Não se conhece, até o momento, nenhuma proposta ou projeto oriundo da Câmara Legislativa que trate desse assunto. A última proposta nesse sentido foi apresentada pelo ainda deputado federal Rodrigo Rollemberg (PL- 6269), em 2009, na Câmara dos Deputados. De lá para cá, por conta do baixíssimo contingente do Batalhão Escolar, os casos de violência nos estabelecimentos de ensino só sofrem uma redução efetiva durante os recessos e as férias escolares, o que não deixa de ser um alívio para as autoridades e para a comunidade em geral. Um alívio que não é o ideal. O foco da não violência deve ser justamente o período letivo.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Projeto põe fim ao passe livre

Além de extinguir o benefício para todos os estudantes, proposta do Executivo prevê que alunos de baixa renda paguem um terço do valor da passagem. Governo estima uma economia de ao menos R\$ 100 milhões com a medida

TRANSPORTE PÚBLICO

O governador Ibaneis Rocha enviará à Câmara Legislativa um projeto de lei que prevê o fim do Passe Livre Estudantil. Pela proposta do Executivo, que será protocolada hoje, haverá um redutor social para que os matriculados na rede pública ou alunos de instituições privadas de baixa renda paguem um terço do valor da passagem. Nos outros casos, os passageiros terão que pagar a tarifa cheia. A proposta ainda não chegou ao Legislativo, mas já provoca polêmica. Deputados de oposição e integrantes de movimentos estudantis prometem lutar contra a aprovação da iniciativa.

No caso dos matriculados na rede privada, os beneficiados com renda familiar inferior a três salários mínimos ou com bolsas de estudos terão direito ao desconto. O Palácio do Buriti estima uma economia de ao menos R\$ 100 milhões anuais com a medida. O DF gastou cerca de R\$ 300 milhões no ano passado para garantir passagem grátis a todos os matriculados em instituições de ensino, públicas ou privadas.

Para embasar a mudança impopular, o governo cita regras de outras grandes cidades. Na maioria das capitais, as prefeituras concedem desconto de 50% na tarifa de estudantes ou oferecem passe livre apenas para alunos da rede pública ou bolsistas. O passe livre estudantil representou, em 2018, quase metade das gratuidades no transporte, que chegaram a R\$ 600 milhões. O GDF pretende apresentar as normas de outras cidades para justificar as alterações na lei.

Em Belo Horizonte, desde 2011 existe o Meio Passe Estudantil, com descontos de 50%. Só têm direito a ele os beneficiários de programas sociais da Prefeitura ou estudantes de instituições públicas. Em Salvador e em Fortaleza, não há passe livre para estudantes. Quem estiver matriculado em instituições públicas ou privadas de ensino tem direito a desconto de 50% nas passagens. No Rio de Janeiro, alunos da rede pública matriculados no ensino fundamental e médio têm passagem grátis. No caso dos universitários, a gratuidade só vale para bolsistas do ProUni, alunos cotistas ou aqueles com renda familiar per capita de até um salário mínimo.

Em Curitiba, há desconto de 50% na passagem para quem tem renda de três a cinco salários mínimos, dependendo do número de filhos com direito ao passe escolar. Em São Paulo, estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública têm direito à gratuidade automática. Os da rede privada contam com a cota de meia tarifa. No ensino superior privado, só beneficiários de programas como ProUni e Fies não pagam passagem na capital paulista.

O Distrito Federal tem o passe livre para estudantes desde 2010, graças a uma lei do então governador José Roberto Arruda (leia Memória). Inicialmente, a proposta previa a inclusão de limitadores sociais, para que a catraca livre valesse apenas para alunos de baixa renda. Mas a CLDF aprovou um substitutivo ampliando a benesse a todos, independentemente das condições sociais.

Reação

Integrante do Movimento Passe Livre (MPL), Leila Saraiva diz que, caso o projeto seja aprovado, haverá retrocesso na mobilidade urbana. “Há 10 anos, todos os estudantes do DF tinham direito à gratuidade de um terço da passagem. O passe significa direito à educação e deveríamos pensar em ampliá-lo, atendendo, por exemplo, o Entorno. A tendência é de que, com a redução, a taxa de evasão escolar aumente, pois existe um alto índice de alunos que não têm dinheiro para arcar com esses custos”, avaliou. O grupo realizará uma assembleia contra a restrição às 18h de amanhã, na Praça Zumbi dos Palmares, em frente ao Conic.

Diretor da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal (UES-DF) e vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em Brasília, Marcelo Acácio lembra que o passe livre estudantil classifica-se como uma das maiores conquistas dos alunos da capital. “E não é só de assistência estudantil: é para permitir que os alunos tenham acesso a políticas de cultura e emprego também que, querendo ou não, ficam concentradas no Plano Piloto”, diz. “Vai além de dar acesso à sala de aula”, completa.

Vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no DF, Vinícius Paranaguá adiantou que atuará junto aos demais movimentos estudantis e respectivas bases para organizar atos de protesto. “O transporte no DF é um dos mais caros do Brasil. Se o pai não tiver dinheiro, a criança simplesmente vai ter de parar de estudar”, frisou.

Distritais

Distritais independentes e da oposição ao governador também reagiram rapidamente. Em nota, Fábio Félix (PSol) destacou que a mobilidade urbana é “um direito social” e afirmou que o projeto de lei “ataca uma conquista histórica dos estudantes do DF”. “O GDF caminha na contramão do que deveria ser o ideal: ampliação do benefício, já que o trajeto casa-escola não contempla todas as necessidades dos estudantes, que têm direito ao lazer, à cultura, à cidade”, argumentou.

Professor, o deputado Reginaldo Veras (PDT) destacou um contra-senso no projeto. “Faltam 8 mil vagas na rede pública, o que obriga estudantes a se matricularem longe de casa. Ou seja, não há acesso à educação próximo à residência e o governo ainda quer cobrar dos mais carentes”, indicou. O parlamentar, entretanto, não fechou as portas para outras alterações. “Até concordo que quem tem renda alta comprovada possa vir a pagar um percentual”, sinalizou.

Leandro Grass (Rede) emitiu nota à imprensa. “Se depender de nós, não haverá nenhum retrocesso em relação a isso, especialmente se ele afetar os estudantes mais pobres da nossa cidade”, alegou. Presidente da Câmara Legislativa e correligionário do chefe do Buriti, Rafael Prudente (MDB) afirmou desconhecer o teor do projeto e que, portanto, não poderia se posicionar.

Memória

Lei em vigor há nove anos

A gratuidade para todos os alunos no sistema de transporte do DF nasceu em um ambiente de polêmicas. Em 2006, o então distrital Paulo Tadeu (PT), atualmente conselheiro do Tribunal de Contas do DF, apresentou projeto de lei que instituiu a gratuidade a todos, independentemente da situação financeira. O texto foi aprovado pela CLDF, mas considerado inconstitucional por vício de iniciativa (quando o tema é de

competência exclusiva do Executivo).

Em 2009, o governador José Roberto Arruda enviou à casa um projeto que previa a gratuidade para estudantes que morassem a mais de 1km do estabelecimento de ensino. Os distritais propuseram uma série de emendas, boa parte delas vetada por Arruda. O projeto, mais uma vez, foi alvo de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pela Procuradoria-Geral.

Para dar fim ao impasse, Arruda encaminhou à CLDF outro texto, aprovado pela Câmara e que previa a extensão do benefício a todos os alunos. O governador vetou só uma emenda parlamentar que autorizava o uso do passe em qualquer horário e itinerário fora do escolar. O PL 4.462/2009 foi sancionado em janeiro de 2010 e é válido até hoje.

Dificuldade para acessar o benefício

Escolas particulares do Distrito Federal começaram a retomar as atividades na segunda quinzena de janeiro. Desde então, estudantes relatam problemas para conseguir usar o passe livre estudantil. Situações que se repetem todo ano, a cada período de volta às aulas.

Fábio Oliveira, 16 anos, que estuda com bolsa integral no Colégio Santa Doroteia, na 911 Norte, é um deles. O adolescente reclama que o Transporte Urbano (DFTrans) só liberou o passe uma semana após o início das aulas na instituição que frequenta, que começaram em 28 de janeiro. “Durante esses dias, precisei pagar passagem de ônibus todo dia para voltar para casa”, afirma o filho de uma auxiliar de serviços gerais e de um jardineiro. O aluno do 3º ano do ensino médio mora na Vila Planalto.

Maria Rita da Silva trabalha como faxineira e tenta liberar o passe da filha desde outubro de 2018. “Paguei dois meses de transporte, pois faltar às aulas não é uma opção”, conta. Ela afirma que tentou fazer a atualização do cartão pelo site, mas não obteve êxito. “Disseram que, entrando no site, o problema seria resolvido em cinco dias, mas não consegui de jeito nenhum”, observa. A filha de Maria Rita é aluna do 1º ano do Centro de Ensino Médio (CEM) Setor Leste que, como as outras escolas públicas do Distrito Federal, retoma as aulas na próxima segunda-feira.

De acordo com o DFTrans, até ontem, 195 instituições de ensino tiveram o cartão do passe liberado para o primeiro semestre letivo de 2019. “Os estudantes são orientados a passarem o cartão duas vezes no validador para fazer a atualização do acesso. Caso o cartão continue sem funcionar, também orientamos os estudantes a acessarem o site para verificar se há alguma pendência no cadastro”, orientou a instituição em nota enviada por e-mail.

Por meio de nota, o DFTrans orienta os estudantes a passarem o cartão duas vezes no validador para fazer a atualização do acesso. Caso o cartão continue sem funcionar, também orientamos os estudantes a acessarem o site passelivre.df.gov.br para observar se há alguma pendência no cadastro ou verificar junto à instituição de ensino se o nome e a frequência foram encaminhados ao DFTrans, que reforçou o atendimento aos beneficiários do passe livre estudantil no posto da Galeria dos Estados, desde 28 de janeiro. Com isso, os estudantes têm 35 guichês na unidade. Os alunos também podem procurar atendimento nos postos do SBA de Sobradinho e nas unidades do Na Hora de Ceilândia, Taguatinga e Gama.

R\$ 300 milhões

Valor que o GDF gastou em 2018 para garantir passagem grátis a todos os matriculados em instituições de ensino

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O que nos reserva o futuro

Remuneração do magistério é desafio na educação

Durante o encerramento da série de seminários "Brasil, Brasis", na Academia Brasileira de Letras, quando foi abordado o tema "Educação: a grande prioridade", por meio de uma palestra brilhante do professor Antonio Celso Pereira, tive a oportunidade de fazer algumas colocações sobre o momento atual da educação brasileira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/o-que-nos-reserva-o-futuro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Pautas de educação no Congresso vão impactar pilares econômico e cultural do governo

Escola sem Partido pode ficar para segundo semestre; deputada quer CPI da doutrinação

Brasília

As pautas relacionadas à educação com potencial para mobilizar o Congresso Nacional no primeiro ano da gestão Jair Bolsonaro (PSL) têm relação com dois pilares do governo: a linha de austeridade com as contas públicas e a reafirmação do posicionamento conservador no âmbito da chamada guerra cultural.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/pautas-de-educacao-no-congresso-vao-impactar-pilares-economico-e-cultural-do-governo.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Por qué no te callas, Vélez?

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, perdeu mais uma chance de ficar calado. Em entrevista à revista "Veja", ele chamou os brasileiros de "canibais" e descreveu os contribuintes que pagam o seu salário como ladrões. "O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisa dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião, ele acha que pode sair de casa e carregar tudo", disse. Vélez nasceu na Colômbia e fala português com sotaque. Ao tratar os brasileiros como bárbaros, insultou o país que lhe ofereceu passaporte e cidadania. O professor também deu aula de desinformação.

Atacou Cazuza, morto em 1990, por algo que ele nunca disse. A frase "Liberdade é passar a mão na bunda do guarda", que Vélez atribuiu ao cantor, foi popularizada pelos humoristas do Casseta & Planeta. O ministro ainda atacou a cineasta Carla Camurati por não ter retratado dom João VI como "um grande herói" em "Carlota Joaquina". O filme é uma comédia, não um documentário. Reuniu um elenco estrelado e impulsionou a retomada do cinema brasileiro, que Vélez também parece desprezar.

Mais adiante, ele defendeu a volta das aulas de moral e cívica, impostas pela ditadura

militar. A patriotada não vai tirar o Brasil da lanterna dos rankings internacionais de educação. Quem estuda o assunto sabe que os alunos precisam de reforço em disciplinas mais importantes, como matemática e ciências. O besteirol de Vélez não se limita aos chavões reacionários.

Em outra entrevista recente, ele disse ao “Valor Econômico” que as universidades “devem ficar reservadas para uma elite intelectual”. De acordo com o IBGE, os brasileiros com ensino superior ganham 2,5 vezes mais do que os que têm apenas o ensino médio. A taxa de desemprego entre os diplomados é a metade da média nacional. Além de excludente, a tese do ministro é antieconômica. Em 2007, o rei Juan Carlos silenciou Hugo Chávez com uma pergunta famosa: “Por qué no te callas?”. Vélez é fã da monarquia. Agora que virou ministro, deveria se aconselhar com o ex-soberano espanhol.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Mãe de Cazuza pede a ministro respeito pela memória do filho

A querida Lucinha Araújo, mãe de Cazuza (1958-1990), fez uma carta aberta a Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, que, na entrevista à “Veja”, afirmou que Cazuza “pregava que liberdade é passar a mão no guarda”. Só que Cazuza nunca disse isso. A gozação — que na versão original incluía a palavra “bunda” — foi feita pela turma do humorístico “Casseta&Planeta” nos anos 1980. “Se meu filho estivesse vivo, tenho certeza de que ele me pediria piedade”, escreveu ela. “Mas como não sou ele e minha idade suprimiu os panos quentes, considero inadmissível uma pessoa, ocupando o cargo que ocupa, não ter a preocupação de, sem compromisso com a verdade, citar uma pessoa pública”.

Segue...

Lucinha — que, desde morte do filho, há 28 anos, dedica-se ao trabalho voluntário de amparar crianças, jovens e adultos soropositivos — lembra que Cazuza foi a primeira pessoa pública no Brasil a assumir sua condição de HIV positivo, “o que possibilitou a luta pelo acesso universal ao tratamento, o que fez do Brasil um país reconhecido mundialmente pelo programa de Aids”. No fim, ela escreveu que gostaria de deixar aberta a possibilidade de o ministro se retratar publicamente, “para que não seja necessário ter de tomar providências jurídicas”.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

ProUni tem 947 mil inscritos; resultado sai na quarta

A primeira edição do Programa Universidade para Todos (ProUni) deste ano teve 946.979 candidatos inscritos, informou o Ministério da Educação (MEC). As inscrições terminaram ontem (3). Como cada candidato podia escolher até duas opções de curso, o número de inscrições chegou a 1.820.446.

Apesar de ofertar um número recorde de bolsas de estudo – 243.888 bolsas em 1.239 instituições particulares de ensino –, o ProUni teve menos inscritos do que nos anos anteriores. Em 2018, foram mais de 1 milhão de candidatos e, em 2017, mais de 1,5 milhão.

Os resultados da primeira chamada serão divulgados nesta quarta-feira (6) e os da segunda chamada, no dia 20. Do total de bolsas, 116.813 são integrais e 127.075,

parciais, de 50% do valor das mensalidades.

O candidato pré-selecionado na primeira chamada deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas na inscrição e, se for o caso, participar de processo seletivo próprio da instituição, do dia 6 ao dia 14 deste mês. Para os pré-selecionados na segunda chamada, esse prazo vai do dia 20 ao dia 27.

O registro da aprovação ou reprovação dos candidatos no Sistema Informatizado do ProUni e a emissão dos termos de concessão de bolsa ou termos de reprovação pelas instituições de ensino serão feitos entre os dias 6 a 18 próximos para os selecionados na primeira chamada e entre 20 de fevereiro e 1º de março, para os da segunda chamada.

O prazo para participar da lista de espera é de 7 a 8 de março. De 11 a 13 de março será divulgada a lista.

Participantes

O ProUni é voltado para estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, alcançaram no mínimo 450 pontos e tiraram nota superior a 0 na redação. Ao todo, 4,1 milhão de estudantes fizeram a prova no ano passado.

Também podem concorrer às bolsas os estudantes brasileiros sem curso superior que tenham feito o ensino médio completo na rede pública, ou como bolsistas integrais na rede privada; os que fizeram parte do ensino médio na rede pública e parte na rede privada, na condição de bolsista ou que tenham deficiência física.

As bolsas integrais destinam-se a estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (R\$ 1.497) e as bolsas parciais, de 50%, àqueles com renda familiar per capita de até três salários mínimos (R\$ 2.994). Professores da rede pública de ensino também podem concorrer a bolsas e não precisam atender aos critérios de renda.

Programa

O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear ainda a Bolsa Permanência, para ajudar nos custos dos estudos, e podem também usar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ECONOMIA

Educação e saúde permeiam debate

A centralização da tributação no governo federal agravaria outro problema apresentado pelo governo de Pernambuco e com o qual os demais estados do Nordeste concordam. Ficou clara a insatisfação das federações no que diz respeito à participação do governo federal nos gastos com saúde e educação, por exemplo. A reclamação geral vai virar uma proposta regional, solicitando a revisão desses pontos.

De acordo com o secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, os estados

entendem ser necessário avançar em questões como as atribuições dos estados nos setores de saúde, educação e segurança e as receitas para que essas obrigações sejam atendidas, atualmente insuficientes. “Apresentamos as perdas que tivemos nos investimentos por precisar fazer aportes para cobrir a ausência financeira do governo federal e todos os estados apresentaram a mesma situação. É um problema geral”, destacou.

Em discurso unísono, os estados se queixaram do repasse de verba federal para investir no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e no Sistema Único de Saúde (SUS). “Há a necessidade de se rediscutir a participação da União. Temos recebido pouquíssimos recursos e estamos bancando os custos de educação e saúde praticamente sozinhos”, completou Padilha, citando que, em 2018, o governo de Pernambuco precisou fazer aportes de R\$ 1,6 bilhão no Fundeb e de quase R\$ 2 bilhões no SUS, impactando consideravelmente em queda de investimentos. “O que a gente recebe de repasse da União não segura a despesa de metade da rede de saúde instalada no estado”, reclamou.

O encontro também teve pautas como déficit da previdência dos estados, que, em Pernambuco, resultou em prejuízo de R\$ 2,6 bilhões em 2018, seguindo a tendência registrada em outros estados presentes no encontro. Queda das receitas de convênios nos últimos anos e ajustes necessários nos critérios para operações de crédito também estiveram em discussão. Fazer empréstimos tem sido um problema para as federações, inclusive as que fizeram o dever de casa no tratamento das contas públicas.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ESPECIAL

Gargalo no ensino

EDUCAÇÃO BÁSICA

Se uma boa educação é tida como raiz para o progresso da sociedade em diversos âmbitos, ainda há muito o que avançar para proporcioná-la um solo de fato fértil. No Ceará, os índices educacionais avançam, mas um dado se repete ano a ano: a quantidade de professores dando aula sem formação adequada.

No Ensino Fundamental, abrange 33,4% dos profissionais. Na Educação de Jovens e Adultos, quase metade (45,5%) ensina sob essas condições. Os dados são do Censo da Educação Básica 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De acordo com o levantamento, cerca de 24% dos docentes do Ensino Médio das escolas públicas de todo o Estado lecionam em disciplinas diferentes daquelas para as quais têm formação. Na rede pública de ensino da Capital, a quantidade de professores nessa situação chega a 43%. Quando contabilizados os profissionais sem formação em curso superior, os números caem: 19% lecionam no Ensino Fundamental cearense sem graduação, e 11%, no Ensino Médio.

A situação, porém, se agrava nas escolas estaduais das áreas rurais, onde mais da metade (54%) dos docentes comanda as salas de aula do nível fundamental sem possuir preparo acadêmico formal.

Os prejuízos, no fim das contas, recaem sobre um dos pilares para obtenção de bons índices educacionais no Ceará: os estudantes. "Para o profissional, isso gera angústia,

porque é demandado dele o domínio de assuntos para os quais ele não teve formação, então ele precisa estudar por conta própria. É desgastaste. E para o aluno há um prejuízo claro, porque o ideal é ter professor que tenha cursado uma universidade e desenvolvido habilidades e repertório naquela área", pontua o vice-presidente do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (Apeoc), Reginaldo Pinheiro. As disciplinas mais afetadas pela falta de professores adequados, segundo ele, são Filosofia, Sociologia e Física, e a principal causa do problema é tão óbvia quanto lamentável: falta de valorização da profissão, que não se mostra como atrativa para novos profissionais.

"Muitos professores têm a formação específica em Física ou Matemática, por exemplo, mas acabam indo para outras profissões ou áreas de atuação, por conta da falta de atratividade da carreira", frisa.

A valorização, aliás, deve ser da Educação como um todo - e não só financeira, embora seja este o ponto fraco da área. "Muitas das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) foram comprometidas, nesses últimos anos, por toda a situação do País e pela crise econômica. Para se ter uma carreira mais atrativa, principalmente do professor, é preciso mais valorização do profissional, por meio de maior salário, e da Educação, com melhores condições de trabalho", avalia.

Em diversas situações, conforme Reginaldo, os próprios professores contribuem para o desenho desse cenário. "Em vários casos, isso surge por interesse do professor, para que não precise completar a carga horária em outras escolas, muitas vezes longe de onde mora. Ele se submete, por exemplo, a dar aula de Geografia, quando na verdade é formado apenas em História. É uma situação que precisa muito de avanços".

Além do aumento de investimentos, o vice-presidente do Sindicato Apeoc avalia que é necessária uma maior integração entre o sistema de ensino básico e a universidade, com abertura de maior número de vagas "especialmente nas disciplinas mais carentes de profissionais". "Esse é um problema muito de formação inicial, de habilitação. Mas também há deficiências sérias na formação continuada, principalmente na rede municipal", frisa.

Meta

Até 2024, de acordo com o que determina a meta 15 do PNE, em vigor desde o ano de 2014, todos os professores dos Ensinos Infantil, Fundamental e Médio devem completar formação específica de nível superior para lecionar.

Conforme o Todos pela Educação, o requisito é cumprido quando o docente é graduado em Licenciatura ou em Bacharelado com complementação pedagógica na mesma matéria da disciplina que ensina. Professores de artes devem ter completado as licenciaturas de Educação Artística, Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro.

A rede pública de ensino de Fortaleza conta, atualmente, com 8.973 professores, segundo informa a Secretaria Municipal de Educação (SME). Para ingresso dos docentes, segundo esclarece a Pasta, os profissionais precisam ter licenciatura plena em pedagogia ou em áreas de conteúdo específico, segundo seus campos de atuação, conforme preconiza a Lei Municipal nº 9.249/07.

A Pasta diz, ainda, realizar formações continuadas e mensais para os professores, com capacitações acontecendo em horário de planejamento, contribuindo para embasamento dos conteúdos em sala de aula. As formações contam com certificação válida para a progressão por qualificação, benefício do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos professores (PCCS), diz a SME.

Seduc

A rede estadual, por sua vez, possui um quadro de 12 mil professores efetivos. Segundo a Secretaria da Educação do Estado (Seduc), o candidato ao cargo de professor deve ter grau superior em nível de Licenciatura Plena, para que seja habilitado nas respectivas disciplinas para as quais se candidatam.

A Secretaria esclarece, contudo, que durante o ano pode haver seleção para preencher temporariamente carências decorrentes de licenças por afastamento, se tratando de uma demanda temporária. Explica que, em alguns locais, na área de Ciências da Natureza, esses professores podem ainda estar cursando ou não ter habilitação específica.

Em relação à formação continuada de professores, a Seduc diz apoiar os professores para cursar mestrado e doutorado através de afastamento, financiando quatro turmas exclusivas de mestrado.

SALÁRIO

Desde 2008, o reajuste do salário de professores de todo o território nacional, sempre a partir do mês de janeiro, segue o que determina o artigo 5º da Lei nº 11.738, que estabelece a atualização anual do piso nacional do magistério. A porcentagem é anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), considerando a inflação, e seguida por estados e municípios.

10% DE DINHEIRO FEDERAL

Atualmente, os cofres federais contribuem com apenas 10% do valor dos impostos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) - que, aliás, tem previsão de extinção em 2020. A categoria reivindicar, aumento da porcentagem para 30%, a fim de que as metas estabelecidas pelo PNE avancem.

[topo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

MEC amplia vagas de Medicina em duas universidades gaúchas

Para quem sonha em fazer Medicina, curso que costuma ser o mais disputado nos acessos ao Ensino Superior, duas universidades gaúchas terão aumento de vagas. A Universidade Feevale, com sede em Novo Hamburgo, terá mais 21 vagas, e a Unisinos, em São Leopoldo, mais 22 vagas para ingresso este ano.

O Ministério da Educação (MEC) aprovou, na semana passada, a ampliação na oferta dos dois cursos. A Feevale saiu de 60 para 81 vagas, e a Unisinos, de 65 para 87.

As novas vagas serão oferecidas em edital complementar, informou a Feevale. Em nota, o reitor Cleber Prodanov afirmou que o aumento no número de vagas demonstra o "reconhecimento da qualidade do curso", após avaliadores visitarem a universidade em 2018.

“Vamos poder atender, ainda mais, às demandas da região, e essa é a contribuição para a área da saúde no Rio Grande do Sul”, afirma Prodanov. Os dois cursos de Medicina foram autorizados em 2016.

Na Feevale, a primeira turma ingressou no segundo semestre de 2017. Segundo o edital complementar, divulgado no site da instituição, as novas vagas serão preenchidas a partir da chamada de inscritos na seleção, que segue as notas no Exame de Ensino Médio (Enem). Serão convocados 300 candidatos, até a classificação número 360, para comparecerem à primeira chamada de suplentes da matrícula. Confira detalhes neste link.

As mensalidades na Univale vão de R\$ 7.171,51 (1º ao 4º semestre), R\$ 8.236,37 (5º ao 8º semestre) e R\$ 10.518,22 (9º ao 12º semestre).

A Unisinos informou que vai chamar 65 estudantes no primeiro semestre e 22 no segundo. A partir de 2020, a distribuição muda para 44 e 43, respectivamente. Pelas regras do programa Mais Médicos, os estudantes ingressam e começaram a atuar nas comunidades.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

ProUni tem 947 mil inscritos

Rio - A primeira edição do Programa Universidade para Todos (ProUni) deste ano teve 946.979 candidatos inscritos, informou o Ministério da Educação (MEC). As inscrições terminaram ontem (3). Como cada candidato podia escolher até duas opções de curso, o número de inscrições chegou a 1.820.446.

Apesar de ofertar um número recorde de bolsas de estudo – 243.888 bolsas em 1.239 instituições particulares de ensino –, o ProUni teve menos inscritos do que nos anos anteriores. Em 2018, foram mais de 1 milhão de candidatos e, em 2017, mais de 1,5 milhão.

Os resultados da primeira chamada serão divulgados nesta quarta-feira (6) e os da segunda chamada, no dia 20. Do total de bolsas, 116.813 são integrais e 127.075, parciais, de 50% do valor das mensalidades.

O candidato pré-selecionado na primeira chamada deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas na inscrição e, se for o caso, participar de processo seletivo próprio da instituição, do dia 6 ao dia 14 deste mês. Para os pré-selecionados na segunda chamada, esse prazo vai do dia 20 ao dia 27.

O registro da aprovação ou reprovação dos candidatos no Sistema Informatizado do ProUni e a emissão dos termos de concessão de bolsa ou termos de reprovação pelas instituições de ensino serão feitos entre os dias 6 a 18 próximos para os selecionados na primeira chamada e entre 20 de fevereiro e 1º de março, para os da segunda chamada.

O prazo para participar da lista de espera é de 7 a 8 de março. De 11 a 13 de março será divulgada a lista.

Participantes

O ProUni é voltado para estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio

(Enem) de 2018, alcançaram no mínimo 450 pontos e tiraram nota superior a 0 na redação. Ao todo, 4,1 milhão de estudantes fizeram a prova no ano passado.

Também podem concorrer às bolsas os estudantes brasileiros sem curso superior que tenham feito o ensino médio completo na rede pública, ou como bolsistas integrais na rede privada; os que fizeram parte do ensino médio na rede pública e parte na rede privada, na condição de bolsistas ou que tenham deficiência física.

As bolsas integrais destinam-se a estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (R\$ 1.497) e as bolsas parciais, de 50%, àqueles com renda familiar per capita de até três salários mínimos (R\$ 2.994). Professores da rede pública de ensino também podem concorrer a bolsas e não precisam atender aos critérios de renda.

Programa

O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear ainda a Bolsa Permanência, para ajudar nos custos dos estudos, e podem também usar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

[topo](#)

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

UFGD abre inscrições para Mestrado Profissional em Administração Pública

O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da UFGD está com inscrições abertas para os interessados em entrar na turma de 2019.

Esse Mestrado destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Nesse contexto, o profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

O encerramento das inscrições para o Exame Nacional de Acesso será em 10 de março e a taxa custa R\$ 200. A UFGD oferecerá 22 vagas nesse programa, distribuídas nas categorias "Servidores das IFES" e "Demanda Social", o que envolve servidores da própria UFGD e de outras instituições associadas à Rede PROFIAP.

Entre os requisitos básicos para inscrição estão ter graduação em qualquer curso reconhecido pelo MEC até a data da matrícula e ter realizado o Teste ANPAD de 24 de março de 2017 a 24 de março de 2019. Quem obtiver a maior pontuação global no Teste ANPAD será selecionado, conforme ordem de classificação e número de vagas.

O Mestrado Profissional em Administração Pública conta com o apoio da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

[topo](#)

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Proposta estimula criação de bibliotecas públicas

O Projeto de Lei 11157/18 aprimora a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03) para estimular a criação, a manutenção e a atualização de bibliotecas públicas e escolares no País. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

A lei atual prevê que União, estados e municípios consignem em seus orçamentos verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros. O projeto de lei, do deputado Diego Garcia (Pode-PR), detalha que as verbas serão destinadas às bibliotecas públicas sob responsabilidade do respectivo ente, inclusive àquelas das escolas públicas de sua rede.

O texto altera ainda as leis 8.313/91 (Programa Nacional de Apoio à Cultura) e 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratação Pública) para incluir o incentivo à construção, à ampliação e à reforma de bibliotecas públicas entre as prioridades governamentais.

Diego Garcia lembra que, apesar de a Lei 12.244/10 prever a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras até 2020, em 2016 apenas 37% das escolas de educação básica, públicas e privadas, possuíam biblioteca, segundo o Censo Escolar. “Se considerarmos apenas as instituições de ensino públicas, o número cai para 31%”, observa o parlamentar.

Ele menciona também a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro, com dados referentes a 2015, conforme a qual apenas 56% dos brasileiros pesquisados eram leitores, 66% não frequentavam bibliotecas e 55% sabiam da existência de uma delas em sua cidade ou bairro.

“Além do problema da ausência de bibliotecas na vida dos brasileiros, a sua imagem é muito restrita. Os cidadãos não vislumbram a função social das bibliotecas na democratização do acesso à informação, na educação continuada, na exploração da arte e do conhecimento, tampouco seu perfil de espaço livre de criação, socialização e lazer”, afirma Garcia.

Essa visão limitada, na avaliação do parlamentar, se explica pela baixa qualidade dos acervos e pela inadequação das instalações físicas das bibliotecas públicas e escolares.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Cultura; de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Universidade Para Todos: Educação Superior Universal ou Aberta?

As declarações do novo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que a educação superior não deve ser para todos criaram certa celeuma no meio acadêmico e na imprensa. Souo para muitos como uma postura elitista e discriminatória. Talvez seja, não o conheço, mas é preciso aguardar maiores explicações sobre seu pensamento antes de emitir um julgamento final, ou uma inapelável condenação.

Também é preciso fugir à tendência geral das soluções que, embora generosas, são impraticáveis, como a universalização do ensino superior em universidades de pesquisa públicas e gratuitas muito ao gosto de parte da sociedade. Mais importante, ainda, é

encontrar um glossário que seja o mesmo para todos que discutem o tema.

A fala do ministro mencionando “elite intelectual” sugere a alguns uma discriminação contra um extrato social da população que não tem oportunidade de demonstrar seu talento por falta de condições mínimas para frequentar uma boa escola ou conviver em um ambiente culto. Provavelmente, não foi isso que o ministro quis dizer.

Acredito que ele tenha se referido ao fato de que ninguém necessariamente tem vocação ou talento para estudos de nível superior, fato que ocorre em todo o mundo. Isso não os torna menos cidadãos nem significa discriminação. O importante, e que não foi dito pelo ministro, é que o país precisa dar igual oportunidade a todos de estudarem até onde seu talento e sua vocação alcançarem. Acredito, e espero, que ele pense assim.

Para mim, há uma diferença entre universalização de um grau de ensino e sua abertura. Entendo que a universalização de um nível de ensino significa que o país espera que todos os seus cidadãos tenham a educação mínima até este grau de educação formal e que o estado, portanto, deve prover os meios para que isso aconteça. No que diz respeito ao indivíduo e aos seus responsáveis, esse nível de educação universal seria compulsório, ou seja, a universalização do ensino deveria representar o dever de cursar esse grau de ensino a menos que haja razões relevantes que os impeçam. Essa universalização é típica do ensino básico.

A abertura do ensino superior, que não é a mesma coisa que ser universal, e que representaria a “universidade para todos”, para mim significa que o estado deve assegurar meios para que pessoas vocacionadas e capazes sejam apoiadas para seguir estudos de nível superior (ou terceiro grau, não vamos abrir grande discussão sobre isso, aqui) sem distinção social, étnica, de gênero ou religiosa. E creio que dessa abertura ninguém discorda.

Na OCDE, cerca de 85% da população adulta conclui o ensino médio – ele é aproximadamente universal, sendo que 42% têm formação de terceiro grau. Seria o ensino superior universal na OCDE? Não, nem como política nem como realidade. No Brasil, segundo a mesma fonte, são aproximadamente 60% que terminam o ensino médio. Impossível falar de universalização do ensino superior brasileiro diante deste dado, mas acima de tudo devemos discutir se isso é desejável e até mesmo viável.

Aliás, há uma grande diferença entre universalização de matrículas e de formados. A evasão escolar faz a diferença dos dois conceitos – não basta entrar, é preciso sair para que o ensino se universalize, ou seja, seja concluído pela quase totalidade da população.

Muitos modelos bem-sucedidos, na minha opinião, são utilizados em alguns países da OCDE, que não estendem a universalização ao ensino superior, mas que tratam o ensino médio como política de estado e que atende às necessidades da sociedade.

Países europeus de grande poder de inovação, como a Suíça por exemplo, possuem amplos programas de formação vocacional de excelente qualidade no nível secundário e justificam sua importância com gastos significativos por aluno (maiores do que no ensino médio de formação geral), estágios em empresas, partindo de princípio explicitamente enunciado de que nem todo jovem tem vocação acadêmica ou deseja ser pesquisador e, portanto, não há razão para empurrá-los por um caminho que não é o seu.

A formação vocacional pode ser estender para o terceiro grau, sendo um programa pós-secundário de graduação ou não, geralmente mais curto do que os bacharelados, equivalentes, no segundo caso, a nossos cursos tecnológicos. No fundo, é o governo suíço que acaba direcionando quem vai, ou não para o nível superior por meio das políticas de financiamento.

Países que adotam esse modelo apresentam os menores índices de evasão no ensino secundário, segundo a OCDE. Dados da mesma OCDE também mostram que jovens que não estão empregados nem desempregados (porque simplesmente não procuram mais emprego), são muito mais frequentes entre os que fizeram o segundo grau generalista do que os que fizeram escolas vocacionais. Depois de formados eles ficam perdidos e não possuem habilidades profissionais específicas para se empregarem num mercado de trabalho bastante exigente.

É claro que a formação vocacional no nível médio não deve impedir o ingresso posterior do jovem em uma universidade se houver capacidade para isso.

Um ensino secundário vocacional amplo e de boa qualidade poderia ser uma estratégia muito interessante para nosso país. Na China, 30% das matrículas no ensino médio são para os chamados Programas Técnicos Vocacionais.

Como nossa educação é bem ruim, talvez fosse a hora de repensá-la de forma radical.

De forma radical se fez na Finlândia e em Singapura, por exemplo, que embora muito diferentes do Brasil são sempre citados por nossos educadores.

A questão é que se desejarmos universalizar o ensino superior primeiro teríamos que superar a necessidade de universalizar o ensino médio, o que estamos longe de conseguir e onde deveríamos concentrar nossos esforços. Se alcançarmos esse meta, deveríamos oferecer vagas gratuitas no ensino superior a todos os interessados habilitados? Para que tipo de ensino superior e em que tipo de instituição?

Se adotarmos um modelo de oferecer bacharelados em instituições com forte integração ensino-pesquisa, como defende parte do mundo acadêmico e está no ideário da sociedade, teríamos não só um gasto extraordinário como um altíssimo índice de evasão, entre outras causas, pelo despreparo da maioria dos egressos do nosso ensino médio.

Só para quantificar: se 50% da população de 18 a 24 anos estivesse cursando o ensino superior seriam cerca de 10 milhões de pessoas. O custo por aluno nas universidades top nos rankings internacionais é de aproximadamente de 50 mil dólares anuais. A USP custa cerca de 10 mil dólares por aluno. Se todos estivessem estudando em boas instituições universitária com considerável componente de pesquisa, seria muito difícil fazê-lo por muito menos do que isso – admitamos 7 mil dólares anuais.

Isso daria um custo global de 70 bilhões de dólares anuais, ou quase 200 bilhões de reais, equivalente aos orçamentos anuais da educação e da saúde somados. É uma utopia. E, por favor, não venham com o argumento de que é um investimento, como se investimento não exigisse desembolso e não representasse custo no curto prazo. Por

exemplo, eu mesmo não tenho um apartamento em Nova Iorque, um ótimo investimento que poderia me render um excelente aluguel, porque não tenho dinheiro para comprá-lo!

Como já se viu no Brasil e em outros países, seria necessário abrir mão do conceito de que ensino superior só deve ser realizado em instituições que associem ensino e pesquisa, diversificar o sistema de ensino superior para torná-lo mais abrangente a custos realistas.

Muitos dirão que esta pode ser a grande disrupção proveniente do ensino a distancia, que poderia ampliar até a universalização o nosso ensino superior.

Alerto que, antes de se adotar caminho semelhante, não se vê essa política em nenhum país avançado, a substituir em larga escala a formação tradicional das instituições de ensino superior. Talvez a EAD venha a ajudar a ampliar de forma maciça e bastante orientada, a formação curta vocacional de terceiro grau, atendendo às especificidades do mercado de trabalho.

Portanto, não há que se falar de “universidade para todos” no sentido da universalização de nosso atual modelo, mas sempre de sua abertura.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro multiplica beneficiários de educação domiciliar em texto Mensagem enviada ao Congresso fala em 30 mil famílias, contra 5.000 divulgado na semana passada

Em documento enviado ao Congresso Nacional, o governo de Jair Bolsonaro aumentou em seis vezes o número de famílias que supostamente seriam atingidas pela regulamentação da educação domiciliar. O tema, histórica agenda de grupos religiosos, foi alçado como prioridade para os 100 primeiros dias da gestão.

O governo cita, na mensagem ao Congresso enviada nesta segunda-feira (4), que a medida afetaria 31 mil famílias. Mas, na semana passada, nota do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dizia que cerca de 5.000 famílias adotam o chamado homeschooling no país.

A pasta prepara uma medida provisória para regulamentar a educação domiciliar e busca transmitir a mensagem de que o tema é prioridade para o país. A medida provisória encurta o trâmite legislativo mas deve ser utilizada apenas em caráter de urgência e relevância. A oposição prepara questionamentos ao argumento de que há alguma urgência no tema. O Brasil tem mais de 48 milhões de estudantes.

A Folha questionou o Ministério da Família sobre a origem da nova projeção de famílias afetadas, mas não obteve retorno. A reportagem também perguntou à pasta quais elementos conferem urgência ao tema, mas, em nota, o ministério afirmou que não comentaria nada antes da conclusão do texto da medida provisória.

A projeção anterior, de 5.000 famílias, é atribuída à Aned (Associação Nacional de Educação Família). Em outras ocasiões, a associação havia divulgado que havia 7.500 famílias. O governo defende que, com a regulamentação, deve aumentar o número de famílias que tirarão seus filhos da escola.

A Aned participa efetivamente da elaboração do texto. O diretor jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Família.

O tema tem causado atritos entre os ministérios da Família e da Educação. Havia a expectativa de que o MEC comandasse projeto. Na semana passada, os secretário-executivo do MEC, Luiz Antonio Tozi, de que o plano do governo em relação ao tema "não substitui a escola, complementa". A declaração se opõe ao que tem sido divulgado.

O Ministério da Família havia divulgado que a medida provisória terá o objetivo de garantir "o direito ao ensino domiciliar". "O objetivo é construir uma proposta sólida, que garanta segurança jurídica às famílias que optarem por essa modalidade de ensino".

Na mensagem, a ministra, Damares Alves, ressalta que é direito dos pais decidir sobre a educação de seus filhos. Alves defende que sua pasta é responsável pela proposta porque se trata de "demanda de família isso e tem que sair do Ministério da Família. Claro, em parceria e anuência com o Ministério da Educação, mas a iniciativa deste ministério é legítima".

A educação domiciliar só é citada na Mensagem ao Congresso uma única vez. Isso ocorre em um breve tópico quando é descrita a agenda de 100 dias de governo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prouni 2019 recebeu inscrições de quase 950 mil candidatos

Resultado da primeira chamada para a disputa de 243 mil bolsas de estudo será divulgado na quarta-feira (6).

A edição do primeiro semestre de 2019 do Programa Universidade para Todos (Prouni) teve quase 950 mil candidatos inscritos. Segundo um balanço divulgado pelo Ministério da Educação nesta segunda-feira (4), 946.979 candidatos realizaram 1.820.446 inscrições no sistema – cada candidato pode escolher até duas opções de carreira.

O Prouni oferece bolsas de estudo parciais e integrais em cursos de graduação de instituições particulares no Brasil. As inscrições foram encerradas às 23h59 deste domingo (3) e a primeira chamada será divulgada na quarta (6).

Para concorrer às bolsas parciais e integrais em instituições privadas, era necessário ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 e tirado, no mínimo, 450 pontos na média da prova. Quem zerou a redação está eliminado do processo.

Nesta edição, há 243.888 vagas – um recorde histórico desde o início do programa, em 2005, segundo o MEC. Desse total, 116.813 são bolsas integrais e 127.075 são parciais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Vantagens do ensino a distância - EAD

Tendência cada vez maior, essa modalidade é ideal para quem já está no mercado de trabalho e busca uma formação superior ou pós graduação que se adeque à sua rotina.

Quando pensamos em ensino a distância (EAD) logo nos vêm à cabeça a principal vantagem: Flexibilidade de horário! Ideal para quem já está inserido no mercado de

trabalho e precisa da liberdade de poder estudar na hora e no local que desejar. Assim, é possível conciliar o trabalho com os estudos e com toda rotina agitada do dia a dia. Além disso, você poderá estudar no conforto da sua casa, reduzindo tempo de deslocamento e despesas com transporte.

Mas, além disso, essa modalidade traz outras vantagens que também fazem muita diferença, por exemplo, a modalidade é igualmente reconhecida no mercado de trabalho e não há desvalorização do certificado perante os cursos presenciais. Os cursos tem a mesma carga horária e conteúdo que o formato tradicional. Sendo assim, não há diferença no diploma de quem faz um curso presencial ou EAD. Só tome cuidado de se certificar que a instituição escolhida para cursar a modalidade é reconhecida pelo MEC (ministério da educação e cultura).

O interesse pelos cursos a distância, sejam eles de graduação ou pós graduação, tem crescido muito nos últimos anos, e um dos principais motivos disso é que os cursos ofertados nessa modalidade costumam ser mais baratos do que os presenciais. Embora você ainda precise considerar os gastos com internet e um computador de qualidade para acessar as aulas, a formação apresenta um bom custo benefício.

Mais uma das vantagens do ensino a distância é a variedade dos cursos ofertados. Com o aumento da procura, as instituições ampliaram oferta e a variedade de cursos. É possível escolher em diversas áreas como bacharelado, tecnólogo e licenciatura.

Quem opta por essa modalidade precisa estar ciente que terá que ter muita disciplina e dedicação nos estudos, além de concentração e gestão de tempo, pois assim como num curso presencial, serão cobradas diversas atividades e interação com as aulas e com os professores. A cobrança com os conteúdos e avaliações, bem como o trabalho de conclusão de curso (o famoso TCC) será igual ao que é cobrado de forma presencial.

Ao analisar as vantagens da modalidade à distância, é possível perceber que ela já faz sucesso entre adultos e jovens, não é mesmo? E você, já escolheu seu curso?

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

ProUni tem 947 mil inscritos, informa o Ministério da Educação

Resultado da primeira chamada do programa sai nesta quarta-feira (6)

A primeira edição do Programa Universidade para Todos (ProUni) deste ano teve 946.979 candidatos inscritos, informou o Ministério da Educação (MEC). As inscrições terminaram ontem (3). Como cada candidato podia escolher até duas opções de curso, o número de inscrições chegou a 1.820.446.

Apesar de ofertar um número recorde de bolsas de estudo – 243.888 bolsas em 1.239 instituições particulares de ensino -, o ProUni teve menos inscritos do que nos anos anteriores. Em 2018, foram mais de 1 milhão de candidatos e, em 2017, mais de 1,5 milhão.

Os resultados da primeira chamada serão divulgados nesta quarta-feira (6) e os da segunda chamada, no dia 20. Do total de bolsas, 116.813 são integrais e 127.075, parciais, de 50% do valor das mensalidades.

O candidato pré-selecionado na primeira chamada deverá comparecer à instituição para

comprovar as informações prestadas na inscrição e, se for o caso, participar de processo seletivo próprio da instituição, do dia 6 ao dia 14 deste mês. Para os pré-selecionados na segunda chamada, esse prazo vai do dia 20 ao dia 27.

O registro da aprovação ou reprovação dos candidatos no Sistema Informatizado do ProUni e a emissão dos termos de concessão de bolsa ou termos de reprovação pelas instituições de ensino serão feitos entre os dias 6 a 18 próximos para os selecionados na primeira chamada e entre 20 de fevereiro e 1º de março, para os da segunda chamada.

O prazo para participar da lista de espera é de 7 a 8 de março. De 11 a 13 de março será divulgada a lista.

Participantes

O ProUni é voltado para estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, alcançaram no mínimo 450 pontos e tiraram nota superior a 0 na redação. Ao todo, 4,1 milhão de estudantes fizeram a prova no ano passado.

Também podem concorrer às bolsas os estudantes brasileiros sem curso superior que tenham feito o ensino médio completo na rede pública, ou como bolsistas integrais na rede privada; os que fizeram parte do ensino médio na rede pública e parte na rede privada, na condição de bolsistas ou que tenham deficiência física.

As bolsas integrais destinam-se a estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (R\$ 1.497) e as bolsas parciais, de 50%, àqueles com renda familiar per capita de até três salários mínimos (R\$ 2.994). Professores da rede pública de ensino também podem concorrer a bolsas e não precisam atender aos critérios de renda.

Programa

O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear ainda a Bolsa Permanência, para ajudar nos custos dos estudos, e podem também usar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Candidatos têm até hoje para participar da lista de espera do Sisu

Hoje (5) é o último dia para participar da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O prazo vale para os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso.

A adesão deve ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro. Os candidatos deverão acompanhar as convocações.

Para integrar a lista, os candidatos devem acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no

botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Lista de espera Sisu: candidatos têm até esta terça-feira para participar Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro

Nesta terça-feira (5) é o último dia para participar da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O prazo vale para os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso.

Lista de espera Sisu

A adesão deve ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro. Os candidatos deverão acompanhar as convocações.

Para integrar a lista, os candidatos devem acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Vagas no Sistema de Seleção Unificada

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Candidatos têm até hoje para participar da lista de espera do Sisu

Hoje (5) é o último dia para participar da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O prazo vale para os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso.

A adesão deve ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição.

Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro. Os candidatos deverão acompanhar as convocações.

Para integrar a lista, os candidatos devem acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

Doutorado em Biotecnologia da Unimontes abre inscrições

A Unimontes está com inscrições abertas para a primeira turma de doutorado em Biotecnologia. Podem participar mestres ou mestrandos nas áreas das ciências biológicas, da saúde e farmacêuticas, além das engenharias. São seis vagas em duas linhas de pesquisa: “Uso Sustentável da Biodiversidade” e “Biotecnologia Industrial”.

As inscrições começaram nesta segunda-feira (4) e podem ser feitas até o dia 13 de março na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGB) da Unimontes, que fica no prédio 7, sala 201.

O processo conta com provas de proficiência em língua inglesa, exame de conhecimentos específicos e apresentação do projeto para a tese. As provas serão aplicadas no dia 25 de março. Outras informações pelo site ou pelo telefone (38) 3229-8342.

Documentos

Edital e anexos

Página do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia

A inscrição exige a ficha de inscrição, quitação da taxa e entrega dos documentos, via Correios ou pessoalmente, na sede da secretaria da coordenação do programa: sala 201, prédio 7, campus-sede.

Objetivos do Curso

O Doutorado Profissional em Biotecnologia da Unimontes tem por objetivo formar recursos humanos qualificados voltados para o desenvolvimento de atividades técnico-científicas para atuação na geração de conhecimentos, desenvolvimento de produtos e processos inovadores no setor empresarial, criação de novas empresas de base tecnológica e também preparados para administração de aulas no magistério superior.

O curso foi recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, do Ministério da Educação (Capes/MEC), ao final de 2018. As atividades serão ministradas no campus-sede.

Serviço
Programa de Pós-Graduação Stricto sensu
Biotecnologia – doutorado
Seleção de novos alunos
Vagas: seis
Prazo de inscrições: 4 de fevereiro a 13 de março
Informações: <http://www.ppgb.unimontes.br/>
Telefone: (38) 3229-8342

topo ↕

ESPAÇO ECOLÓGICO NO AR - TEMPO REAL

Cientistas brasileiros descobriram que bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros

Cientistas brasileiros descobriram que o forte odor exalado por algumas espécies de anfíbios é produzido por bactérias e seria uma forma de atrair parceiros. Exemplo notável de simbiose, tais bactérias ajudam na hora do acasalamento. A descoberta desse papel dos microrganismos, isolados da pele de pererecas, foi publicada na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS).

“Pererecas exalam um odor marcante. Às vezes, dá até para reconhecer uma espécie específica a partir do seu cheiro, mas ainda não se conhecia a função de tal odor. Uma hipótese era que se tratasse de um cheiro aposemático, ou seja, um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores, como fazem os cangambás [*Mephitis mephitis*] entre os mamíferos, por exemplo”, disse Célio Haddad, professor do Instituto de Biociências e do Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista (Unesp), um dos autores do artigo.

De acordo com Haddad, tal hipótese era considerada pelo fato de muitas espécies de anfíbios, especialmente as venenosas, exibirem coloração chamativa, que funciona como um alerta visual para afugentar predadores. “Pensávamos que entre os anuros (sapos, rãs e pererecas) o odor pudesse desempenhar função semelhante”, disse.

O novo artigo é resultado do trabalho de pós-doutorado do biólogo argentino Andrés Eduardo Brunetti, com supervisão do professor Norberto Peporine Lopes. Realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho contou com apoio da FAPESP.

“A importância e a originalidade do trabalho de Brunetti é indicar, pela primeira vez, a existência de uma diferença marcante no odor exalado por pererecas de sexos opostos. Nenhum trabalho com anuros havia sugerido esse tipo de comportamento. Os resultados sugerem que tal odor serve para permitir o reconhecimento mútuo entre machos e fêmeas da mesma espécie, com fins de acasalamento”, disse Haddad.

A pesquisa também contou com apoio do programa BIOTA-FAPESP, da Universidade de São Paulo (USP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Nos anuros é comum ver diversas espécies diferentes dividindo um mesmo lago ou brejo. Além disso, nesses locais existem em média 30 pererecas macho para cada fêmea

de uma mesma espécie. A dúvida é como as fêmeas fazem para reconhecer os machos da sua espécie em uma multidão de machos de várias espécies, todos vocalizando ao mesmo tempo”, disse Brunetti.

“Sabia-se que, nos anuros, a vocalização dos machos tem a função de atrair fêmeas, e que cada espécie tem um canto característico. Verificamos que o odor desempenharia função semelhante, servindo de sinal olfativo que permitiria às fêmeas reconhecerem os machos da espécie”, disse.

Os biólogos desconheciam também que havia diferença no odor de pererecas machos e fêmeas. Brunetti fez tal constatação ao longo de sua pesquisa, cujo objetivo primário era entender a composição química dos componentes voláteis exalados da pele de diversas espécies de pererecas.

Sua hipótese de trabalho sugeria que o cheiro fosse um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores. Para verificar a hipótese, Brunetti foi a campo em várias localidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar espécimes da perereca arborícola cará-cará (Boana prasina).

“É muito difícil coletar fêmeas no campo. No primeiro momento, só conseguimos coletar machos. Quando observamos indicação de haver diferença sexual no odor dos bichos, fui a campo novamente com o objetivo específico de capturar fêmeas para comparação”, disse.

“Durante o meu doutorado no Museu Argentino de Ciências Naturais, em Buenos Aires, ao investigar os compostos voláteis de duas outras espécies de sapos, descobri que as secreções eram formadas por uma mistura de 35 a 42 compostos de nove classes químicas diferentes. Na ocasião, percebemos que alguns daqueles compostos tinham a assinatura específica de compostos produzidos por bactérias”, disse Brunetti.

O pesquisador veio ao Brasil para investigar se existiam bactérias na pele de pererecas arborícolas selecionadas para produzir o cheiro característico de cada espécie e quais compostos eram produzidos. O trabalho em laboratório teve duas frentes: a análise dos compostos voláteis exalados da pele das pererecas e a identificação das bactérias lá existentes.

Por meio de técnicas de cromatografia gasosa e de espectrometria de massa, Brunetti e colegas puderam conhecer a diversidade dos componentes voláteis na pele de Boana prasina. Verificaram que a secreção volátil da pele de machos e fêmeas adultas é uma mistura de 60 a 80 compostos, incluindo álcoois, aldeídos, alcenos, éteres, cetonas, metoxipirazinas, terpenos e tioéteres.

Os cientistas constataram que os componentes voláteis da pele das pererecas machos e fêmeas eram exatamente os mesmos. O que não esperavam era descobrir variação nos níveis dos compostos. A análise apontou para uma diferença sexual marcante nos níveis dos terpenos, tioéteres e metoxipirazinas.

“Dos três componentes responsáveis pelas diferenças entre os sexos, os tioéteres e metoxipirazinas são compostos tipicamente produzidos por microrganismos”, disse Brunetti.

Para investigar se esse era o caso com a espécie *Boana prasina*, os pesquisadores isolaram, cultivaram e identificaram bactérias associadas à pele das pererecas e analisaram os seus componentes voláteis. Foram detectados 128 componentes diferentes.

A investigação de cada um dos componentes resultou na identificação de quatro metoxipirazinas presentes em machos e fêmeas, que são produzidas por uma única bactéria do gênero *Pseudomonas*.

Brunetti verificou que, em *Boana prasina*, as metoxipirazinas são muito mais abundantes nas fêmeas do que nos machos. Dos quatro tipos de metoxipirazina detectados, dois possuem níveis de concentração mais elevados nas fêmeas e dois entre os machos.

Relacionamento simbiótico

“O interessante nas bactérias *Pseudomonas sp.* é que elas vivem na pele de machos e fêmeas, onde metabolizam os mesmos compostos voláteis, porém em níveis de concentração que variam de acordo com o sexo do hospedeiro”, disse Brunetti.

Segundo o pesquisador, os níveis de metoxipirazinas nas pererecas sugere a existência de um complexo mecanismo de interações metabólicas, segundo as quais o ambiente na pele de cada sexo seria diferente e favoreceria a síntese de metoxipirazinas características em machos e fêmeas.

“Estabeleceu-se uma relação simbiótica entre pererecas e bactérias. Em troca do serviço prestado pelas bactérias, de diferenciação sexual a partir do odor, as pererecas fornecem um ambiente – a própria pele – onde as bactérias podem proliferar”, disse.

Brunetti ainda não sabe qual a função, para as pererecas, da diferença sexual nos níveis de metoxipirazina exalados pelas bactérias na pele. “Nossa suposição é que a diferenciação de odor sirva para ajudar os machos de *Boana prasina* a reconhecerem as fêmeas de sua espécie em locais onde habitam outras espécies de pererecas”, disse.

“Sabemos que os anuros são animais que empregam de forma disseminada a comunicação visual (coloração chamativa na pele) para afastar predadores e a comunicação acústica (vocalização) para atrair as fêmeas para o acasalamento. Talvez as pererecas *Boana prasina* estejam empregando uma forma de comunicação olfativa com a mesma finalidade”, disse.

Tal hipótese, que Brunetti tentará verificar em futuros estudos, tem grandes repercussões. “Até o momento, só é conhecido outro anuro [sapos, rãs e pererecas] de Madagascar que se comunica por meio do cheiro. Entre os anfíbios, sabemos que isso ocorre entre as salamandras, parentes distantes dos anuros”, disse Haddad.

“Se as pererecas *Boana prasina* se valem do cheiro como forma de comunicação olfativa, quem sabe outras espécies não estejam fazendo o mesmo, dado que cada espécie tem o seu odor característico. A descoberta de Brunetti, se confirmada, abre um novo campo de investigação na herpetologia, que agora passará a estudar a

comunicação entre anuros não apenas pelas vias visual e acústica, mas também pela via olfativa”, disse.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá

A **CAPES** assinou um acordo com a MITACS, organização canadense sem fins lucrativos, para o envio e recebimento de doutorandos entre instituições de ensino canadenses e brasileiras. A cooperação é voltada para as instituições participantes do **CAPES/PrInt**.

O intercâmbio de doutorandos poderá ser feito por períodos de 12 a 24 semanas. São 160 vagas disponíveis por ano nas instituições parceiras da MITACS. Haverá um cofinanciamento na parceria **CAPES / MITACS**: cada agência arcará com 50% do custo final dos bolsistas.

A organização canadense, há 19 anos no mercado, atua com 60 universidades e mais de 4 mil empresas no país. Seu foco é voltado para a construção de parcerias que apoiem a inovação e a pesquisa, unindo academia, governo e indústria.

Instituições de ensino superior brasileiras (IES), participantes do **CAPES/PrInt**, que tenham interesse em participar da parceria, podem iniciar o processo seletivo interno. Depois da seleção, cada IES deverá entrar em contato com a MITACS.

A **CAPES** homologará as bolsas previamente aprovadas pela seleção interna e pela MITACS. As dúvidas podem ser enviadas para mitacs@capes.gov.br.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Pesquisa comprova eficácia de medicamento para chikungunya Testes indicam que novo tratamento inibe replicação do vírus, prevenindo dores nas articulações causadas pela doença

Pesquisadores da Fiocruz comprovaram a eficácia do medicamento sofosbuvir contra a chikungunya. Coordenado pelo pesquisador do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz) Thiago Moreno, o estudo foi publicado na última semana no periódico Antimicrobial Agents and Chemotherapy, da American Society for Microbiology.

Foram feitos testes com sofosbuvir em camundongos infectados com o vírus chikungunya, com o objetivo de averiguar se o tratamento seria eficaz em seres vivos. De acordo com o pesquisador, o estudo é o primeiro a comprovar, em células vivas, que o sofosbuvir inibe a replicação do vírus.

Segundo a pesquisa, o medicamento obteve resultados três vezes melhores em inibir a reprodução do vírus chikungunya do que a ribavirina – usada para aliviar as dores na articulação causadas pela doença. Na avaliação de Thiago Moreno, o principal resultado foi a prevenção do aumento das células inflamadas.

Como não há vacina ou tratamento específico para a chikungunya, afirma o pesquisador, os pacientes com a doença acabam recebendo tratamento paliativo para aliviar as dores nas articulações. “A pesquisa é importante para que o medicamento seja, num futuro próximo, opção terapêutica para tratar a doença. O sofosbuvir teve

resultados positivos e superiores à ribavirina em diversos testes laboratoriais comparativos, com um histórico ainda melhor e mais eficiente contra a replicação da chikungunya, sendo também 25% menos tóxico para as células do corpo”, afirmou.

Os dados da pesquisa revelaram que o sofosbuvir, além de tratar a chikungunya, poderá ter ação contra outras doenças clinicamente importantes e suscetíveis ao tratamento com o medicamento. “O estudo também indica o uso do sofosbuvir para tratamentos em doenças causadas por outros tipos de vírus, além do que causa a hepatite C. Trata-se de um antiviral mais efetivo e seguro que a ribavirina, por exemplo, em diversos casos”, concluiu.

O artigo de chikungunya foi realizado por quatro unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) – em colaboração com Instituto D’Or de Pesquisa (Idor), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Consórcio BMK, formado pelas empresas Blanver Farmoquímica, Microbiológica Química e Farmacêutica e Karin Bruning. A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e Fiocruz.

Histórico

Desde o verão de 2016, as doenças causadas pelo *Aedes aegypti* têm se tornado as mais prevalentes arboviroses no Brasil. Devido à falta de vacina e um tratamento antiviral específico, os cuidados com a chikungunya são direcionados somente no controle de vetores.

De janeiro a março deste ano foram 4.262 notificações de chikungunya, enquanto em todo o ano de 2017 foram 4.305 casos. Com a chegada do verão, das chuvas e o aumento da temperatura, espera-se que os índices de infestação do mosquito voltem a se elevar, consequentemente, a intensidade da transmissão também tende a aumentar.

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá

O intercâmbio de doutorandos poderá ser feito por períodos de 12 a 24 semanas

A **Capes** assinou um acordo com a MITACS, organização canadense sem fins lucrativos, para o envio e recebimento de doutorandos entre instituições de ensino canadenses e brasileiras. A cooperação é voltada para as instituições participantes do **CAPES/PrInt**.

O intercâmbio de doutorandos poderá ser feito por períodos de 12 a 24 semanas. São 160 vagas disponíveis por ano nas instituições parceiras da MITACS. Haverá um cofinanciamento na parceria **Capes/ MITACS**: cada agência arcará com 50% do custo final dos bolsistas.

A organização canadense, há 19 anos no mercado, atua com 60 universidades e mais de 4 mil empresas no país. Seu foco é voltado para a construção de parcerias que apoiem a inovação e a pesquisa, unindo academia, governo e indústria.

Instituições de ensino superior brasileiras (IES), participantes do **Capes** /PrInt, que tenham interesse em participar da parceria, podem iniciar o processo seletivo interno. Depois da seleção, cada IES deverá entrar em contato com a MITACS.

A **Capes** homologará as bolsas previamente aprovadas pela seleção interna e pela MITACS. As dúvidas podem ser enviadas para mitacs@capes.gov.br.

Capex

topo ↕

PORTAL ON - NOTÍCIAS

Ufla inicia obras de novo campus em Paraíso

Nesta segunda-feira (4) representantes da Universidade Federal de Lavras irão assinar o contrato para início de nove obras no novo campus em São Sebastião do Paraíso, MG. A unidade deve oferecer 180 vagas para novos alunos.

Primeiro serão construídos anfiteatro, biblioteca, campo e quadra, centro de convivência e pavilhão de aulas. Estão previstos também, os prédios das Engenharias, de Laboratório, da Incubadora e de Logística.

Serão quatro cursos de graduação. Sendo Bacharelada Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software e Engenharia de Produção.

Dessa forma, ao ser aprovado pela **Capex**, o local deverá receber o mestrado em Tecnologias para a Agroindústria.

Por fim, as obras começam nesta terça-feira (5). A previsão é que todas sejam concluídas em até dois anos.

topo ↕

PORTAL TV CARIRI - TEMPO REAL

Professoras da URCA são surpreendidas com ação que pode exonerar seus cargos

O Sindicato dos Docentes da URCA (Sindurca) divulgou neste domingo (3), que tomou conhecimento de um processo interno que ameaça exonerar duas professoras da Universidade Regional do Cariri (URCA), no campus Pimenta, em Crato. A justificativa da ação, que corre na justiça, afirma que as docentes não teriam tido seus certificados de mestrado autenticados pela **Capex**, ao serem admitidas em concurso no ano de 2002. As professoras Paula Cordeiro, do Departamento de Ciências Sociais, e Fátima Pinho do Departamento de História, atuam há 17 anos como docentes na instituição, e foram surpreendidas ao serem citadas numa ação que corre na justiça contra o atual reitor da instituição, Patrício Melo, conforme cita nota do Sindurca.

Veja na íntegra (<http://www.sindurca.org.br/na-urca-ninguem-solta-a-mao-das-professoras-paula-cordeiro-e-fatima-pinho/>). Uma ação que corre na justiça contra o atual Reitor da URCA cita de forma secundária a falta de carimbo da **Capex** nos certificados de mestrado das professoras. O Juiz do caso, numa decisão escandalosa, sem a mínima compreensão dos fatos e desrespeitando a autonomia universitária e do próprio Conselho Estadual de Educação entendeu que as mesmas deveriam ser exoneradas dos cargos que ocupam. – cita nota do Sindurca. Conforme analisou o sindicato ao tomar conhecimento da ação, os mestrados das professoras foram realizados dentro da própria instituição e, portanto, o caso gerou dúvida sobre a

autenticidade da própria instituição, tanto em relação à análise do processo quanto ao julgamento desta IES acerca do processo de admissão das docentes.

O Badalo entrou em contato com as professoras. Paula Cordeiro, ainda abalada pela situação, declarou que as duas entraram com recurso e a causa será julgada novamente em segunda instância o mais breve possível, e que contam com a ajuda do Sindurca no momento. “Ninguém solta à mão das professoras” Está sendo organizado para esta terça-feira (5), um ato em defesa das professoras, onde estudantes, docentes e servidores técnicos administrativos se reunirão em Assembleia no Salão de Atos da URCA, no campus Pimenta, às 19 horas. Na oportunidade, será lançada a campanha “Na URCA, ninguém solta a mão das professoras Paula Cordeiro e Fátima Pinho”, com objetivo de prestar apoio a elas durante este processo.

topo ↕

PÚBLICA - TEMPO REAL

Exclusivo: documento revela descaso da Vale com o risco de morte em ferrovia A Pública teve acesso a mais de mil pedidos de afetados pela ferrovia Carajás no Pará e Maranhão; em um desses casos mineradora considerou não atender demanda, mesmo com risco de acidente fatal

Entre 2011 e 2017, a Vale S.A. registrou ao menos 1.228 pedidos de reclamação, denúncia, sugestão e solicitação de pessoas e comunidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), segundo documento obtido com exclusividade pela Pública. A ferrovia, que escoar o minério de ferro das minas da companhia no Pará ao terminal de exportação no Maranhão passa por 27 cidades e atravessa mais de cem comunidades – muitas sem nenhum tipo de proteção ou meios de travessia seguros para a população.

O documento revela casos classificados pela companhia como de baixa, média ou alta criticidade, conforme o risco que representam. Também mostram de que maneira a Vale pretende atender às questões trazidas pelos afetados. Em alguns casos, a companhia chega a calcular o risco de não tomar providências, delineando qual seria o “pior cenário” para a companhia, se a reclamação apresentada não for atendida.

Entre eles está uma demanda registrada como negada pela Vale em 2011 em que é solicitada à companhia a recuperação de uma drenagem numa passagem de veículos e pedestres no acesso à comunidade de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão. Segundo o documento, no período de chuvas a região fica alagada, obrigando os moradores a assumir o risco de cruzar a linha férrea sem nenhuma proteção.

O relatório também descreve qual seria o “pior cenário” em consequência da negação desse pedido de Pedrinhas, classificado como “de alta criticidade”: “Atropelamento com uma vítima fatal, motivando interdição da ferrovia pela comunidade para cobrar construção de viaduto, com repercussão negativa na mídia e redes sociais”.

Outro pedido foi feito pela mesma comunidade, dessa vez se referindo a um acesso no km 7. Diz a companhia: “atualmente, o acesso à comunidade se dá por uma Passagem de Veículos (PV) que possui altura de 3,5 m, restringindo o trânsito de caminhões e ônibus. A Vale havia assumido compromisso de construir viaduto em 2010”, diz o registro de 2011. O “pior cenário”, se não cumprir a promessa, seria segundo a companhia: “Interdição da ferrovia motivada pela demora na construção do viaduto, com repercussão negativa na mídia”.

Já em outro caso, moradores da Vila Maranhão, em São Luís, solicitaram melhoria na passagem de pedestres sob os dois viadutos ferroviários na estrada de acesso à comunidade. A companhia classificou o pedido como “de média criticidade” e avaliou qual seria o “pior cenário” se não tomasse providências: “acidente fatal com uma pessoa (podendo ser criança) durante a passagem sob o viaduto ferroviário, motivação de ação judicial, repercussão negativa na mídia e redes sociais”.

Documento obtido com exclusividade pela Pública revela avaliação de “pior cenário” diante de possíveis negativas

Em Marabá, no mesmo ano, há um registro de “risco de ocorrência ferroviária” na travessia de pedestres da comunidade Araguaia, no km 730. “Os relatórios indicam como um dos locais com maiores índices de quase atropelamento de pessoas”, diz o documento. O “pior cenário”, nesse caso, é descrito como “atropelamento com múltiplas vítimas fatais, com repercussão negativa na mídia”.

Mais recentemente, em 2017, o relatório registra como negado um pedido de indenização à mineradora por causa de um atropelamento de uma criança numa passagem de nível no km 158, no município de Vitória do Mearim. “A Vale não irá indenizar a família da criança já que não tem culpa alguma da fatalidade”, relata o documento.

Acidentes na Estrada de Ferro Carajás (EFC) já vitimaram 47 pessoas desde 2004, deixando mais de cem feridos, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As comunicações de acidentes são feitas pela própria concessionária da ferrovia à ANTT. Entre os casos fatais em que a Vale foi processada, dois foram relatados pela Pública na reportagem Quando o trem passa – Vítimas e réus.

No último dia 22 de janeiro uma passarela desabou sobre a EFC na zona rural de Arari, na comunidade de Capim-Açu. O acidente, sem vítimas, aconteceu no km 135. Segundo o documento obtido pela Pública, o local tem histórico de pedidos de passagens seguras à Vale desde 2012.

O pedido mais recente referente à região onde houve o desabamento é de 2017. “Solicitação dos vereadores e líderes comunitários presentes que citaram a situação das comunidades de Capim-Açu e Capo do Carmo I e II, que são comunidades que não possuem travessia segura [...]”, relata o documento.

Uma ação civil pública tramita desde 2016, fruto de uma investigação que o Ministério Público Federal (MPF) realiza com base em representação da ONG Justiça nos Trilhos, entidade que atua na defesa das populações afetadas pela EFC.

A ação do MPF foca as condições de insegurança de travessia da EFC que provocam mortes por atropelamento e as paradas dos trens por longos períodos nos pontos utilizados para travessia, impedindo o trânsito de veículos e pessoas em suas atividades cotidianas.

Uma vistoria foi apresentada pela ANTT em audiência na Justiça maranhense em dezembro do ano passado, após determinação judicial fruto da ação do MPF. A

passagem em nível do km 135, de Capim-Açu, por exemplo, foi avaliada como “em estado crítico”. No relatório da ANTT, a solução apresentada informa que foi acertada entre a Vale e a comunidade a construção de passarela no local. Foi essa passarela que desabou recentemente.

Em Alto Alegre do Pindaré, moradores paralisaram a ferrovia após uma mãe se acidentar com o filho de colo

Os pedidos relacionados a “acesso e travessia irregular” lideram as demandas registradas no documento, com 530 casos. Atropelamento e abalroamento são 26 registros. A interdição da ferrovia Carajás por protestos de moradores para exigir melhoria nas travessias são frequentes. Ironicamente, muitos deles acabam sendo processados pela Vale por interromper a passagem dos trens de minério como mostrou a reportagem Processados pela Vale, publicada pela Pública em 2017.

Em um dos casos abordados na matéria moradores da Vila Fufuca, no município de Alto Alegre do Pindaré, Maranhão, paralisaram a ferrovia após uma mãe se acidentar com o filho de colo durante a travessia da linha férrea. Há anos eles pediam uma passarela segura, mas ela só foi construída meses após o acidente, que fez a mãe perder dois dedos e a criança, um dos braços.

Como a mãe vitimada explicou a reportagem, é comum o trem parar no meio da comunidade, formando uma barreira que impede a circulação. A falta de passarela nas proximidades fazia com que as pessoas fossem obrigadas a passar por baixo do trem – mais exatamente, no vão entre a composição e os trilhos.

Processados pela Vale

Acidentes com mortos e feridos são frequentes na ferrovia que leva um dos maiores trens de carga do mundo; quando protestam, moradores das comunidades maranhenses são processados pela mineradora

Minas abandonadas ameaçam comunidades e ambiente

Legislação e fiscalização ineficientes deixam o maior estado minerador do país vulnerável à irresponsabilidade das empresas; cinco minas, entre elas algumas abandonadas, estão classificadas como de risco ambiental “muito alto”

O documento registra uma demanda de construção de passarela em 2011, ou seja, cinco anos antes, no mesmo local em que ocorreu o acidente com a mãe e a criança.

“Travessia clandestina de alunos e moradores sobre a ferrovia na vila Fufuca, em Alto Alegre, no km 265. Passagem de pedestres e ciclistas dos bairros Vila Fufuca e Alto da Torre (lado esquerdo da EFC) sobre a ferrovia, para ter acesso a escola, hospital, mercado, centro comercial etc. (lado direito da EFC). O vetor de crescimento urbano é no sentido destes bairros”, descreve o documento. O pedido classificado como “de média criticidade” consta como negado no documento.

Em 2017, a mineradora negou outra demanda classificada como “de alta criticidade”: a construção de uma passagem de nível no acesso do km 18, em Parauapebas, Pará. Segundo o documento, “existe um grande fluxo de crianças que utilizam dois acessos clandestinos. Foi informado que não há planejamento na empresa para a construção de PN [passagem de nível] no local”, diz o documento.

Entre os 1.228 casos, 1.078 foram classificados como “concluídos” – a Vale não informou se as demandas foram atendidas; 92 casos foram “negados”, 42 estão “em andamento” e 16 “em análise”. Além disso, 459 foram classificadas como “de baixa criticidade”, 416 “de média criticidade” e 353 “de alta criticidade”. A planilha obtida pela Pública não será divulgada na íntegra para preservar as identidades de funcionários e membros das comunidades citados.

Os empreendimentos envolvidos nas demandas são em sua maioria relacionados à EFC e sua expansão e à S11D logística, referente à mina no Pará, que entrou em operação em 2016 – “o maior projeto de minério de ferro da história da empresa e da indústria da mineração”, segundo a companhia.

Posicionamento da Vale
Procurada, a Vale mandou o seguinte posicionamento.

“A Vale esclarece que desconhece o documento citado, assim como as informações e números nele apresentados.

Informa, por oportuno, que, como parte integrante do processo de relacionamento com as comunidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), registra os contatos com estas comunidades e as solicitações encaminhadas à empresa de forma a garantir a gestão para o apropriado e respeitoso tratamento de cada questão.

Em relação a Estrada de Ferro Carajás, a Vale informa ainda que conta com diversos pontos regulares de travessia que garantem a transposição segura da ferrovia. Conforme estudos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Estrada de Ferro Carajás encerrou o ano de 2018 como a mais segura do país. A implantação destas e de novas estruturas para cruzamento da linha férrea envolve o diálogo com as populações ao longo da EFC, sendo cada solicitação avaliada considerando a legislação vigente, as normas da Agência reguladora, a viabilidade técnica e as especificidades de cada localidade.

A causa da queda de parte da passarela, ainda em construção no km135, em Arari, está sendo investigada. A obra está paralisada.”

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Participação de meninas cai na OBA

A porcentagem de meninas que participam da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), a maior olimpíada científica do Brasil vem caindo, no ensino médio, ano a ano. De acordo com dados compilados para a Agência Brasil, em 2010, quando elas eram maioria, chegaram a representar 53,9% dos participantes. A partir de então, essa participação foi caindo. Em 2018, as meninas eram 48% do total.

Com inscrições abertas, a organização da OBA pretende atrair mais participantes mulheres, sobretudo do ensino médio, para a competição este ano. “Qualquer uma das profissões também pode ser ocupada por mulheres, por que não as ciências exatas?”, diz o diretor da OBA e astrônomo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), João Canalle.

A OBA está na 22ª edição e, ao longo da história, mobilizou cerca de 10 milhões de estudantes. Os melhores classificados na OBA representam o país nas olimpíadas

Internacional de Astronomia e Astrofísica e Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica. Canalle lembra que uma das primeiras estudantes a representar o Brasil nesta Olimpíada, em 2011, foi a deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP). “É uma mulher e isso poderia incentivar as meninas a participarem mais das olimpíadas científicas”, diz Canalle.

De acordo com os dados de participação dos últimos dez anos, no nível 1 da OBA, voltado para os estudantes do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, a participação de meninas e meninos é praticamente a mesma, a média é 50,3% garotas e 49,7%, garotos. A diferença aumenta no nível 4, voltado para alunos do ensino médio.

A OBA organiza também a Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), que neste ano está na 13ª edição. O evento avalia a capacidade dos estudantes de construir e lançar, o mais longe possível, foguetes feitos de garrafa pet, de tubo de papel ou de canudo de refrigerante. Nesta competição, a participação dos meninos também é maior que a das meninas. A média de participação delas, de 2009 a 2018, foi 48,1% no nível 1. A porcentagem cai, considerando o mesmo período, para 46,4% no nível 4.

A presença de mulheres na ciência é algo que vem sendo discutido tanto no Brasil quanto internacionalmente. Estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mostra que apesar de serem cerca da metade da população mundial, as mulheres representam apenas 28% dos pesquisadores em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Inscrições abertas

As inscrições para as escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio que ainda não participaram da OBA e da MOBFOG vão até o dia 17 de março. O cadastro é único para os dois eventos e deve ser feito pelo site www.oba.org.br. A prova, composta por dez perguntas, sete de astronomia e três de astronáutica, será aplicada no dia 17 de maio.

Já os foguetes devem ser elaborados e lançados individualmente ou em equipe. Após o dia 17 de maio, a escola deverá informar os nomes dos participantes e os alcances obtidos por seus foguetes. Todos, incluindo professores e diretores, recebem um certificado e os estudantes que alcançarem os melhores resultados receberão medalhas.

Os melhores colocados nas competições também poderão participar de eventos voltados para o tema. Os alunos e os professores podem se preparar para a prova através do aplicativo Simulado OBA, disponível para celulares, tablets, e computadores, e pelo site da olimpíada, que fornece vídeos explicativos, além de provas e gabaritos das edições anteriores.

A OBA é coordenada por uma comissão formada por membros da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) e da Agência Espacial Brasileira (AEB) e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade Paulista (Unip).

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Prazo para matrículas em universidades termina hoje

Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso podem integrar, até amanhã, a lista de espera do programa.

Nesta segunda-feira, 04, encerra o prazo para que os estudantes selecionados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) façam matrícula nas instituições de ensino. Os candidatos devem verificar os horários e locais de atendimento definidos pelas instituições em edital próprio.

Quem tiver o interesse e preencher os requisitos pode pleitear assistência estudantil para cobrir custos como transporte e moradia. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições, por isso, os candidatos devem buscar informações na própria instituição de ensino.

O resultado do Sisu está disponível desde o dia 28, na página do programa. O período de matrícula começou no último dia 30.

Lista de Espera

Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso podem integrar, até amanhã (5), a lista de espera do programa. A adesão pode ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Segundo o MEC, mais de 1.8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo 

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADE

Apesar da facilidade, educação a distância apresenta problemas para estudantes

A possibilidade de o próprio aluno montar o seu plano de aula de acordo com a rotina é atrativa. A educação a distância permite que alunos sejam os protagonistas durante a graduação, pós-graduação ou em cursos profissionalizantes, além de aliar o conteúdo tradicional com o universo multimídia. Apesar dos pontos positivos, quem se matricula em um curso EAD relata dificuldades: problemas de comunicação, atendimento ruim e até má qualidade do serviço prestado.

Em todo o País há 583 instituições credenciadas no Ministério da Educação (MEC) para a modalidade a distância. Destas, 17 são do Distrito Federal. Segundo as Estatísticas da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), só no Centro-Oeste foram ofertados mais de 180 cursos, nas áreas de saúde, engenharia, comunicação, entre outros.

Na capital, em 2017, 28,5 mil estudantes ingressaram em uma graduação presencial, enquanto 6.410 se formaram pelo EAD. No mesmo período, o Distrito Federal foi polo de 94 instituições brasilienses ou não – um aumento de 88% quando comparado com 2010, quando Brasília tinha 50 polos.

O enfermeiro Ednilson Messias de Oliveira, de 36 anos, é de Divinópolis (MG) e está matriculado em uma pós-graduação de Enfermagem do Trabalho de uma instituição de Brasília. Essa é o segundo curso que ele fez na mesma faculdade. Da primeira vez, ao cursar Enfermagem em Urgência e Emergência, ele cita que a experiência foi positiva. Na segunda, porém, não teve a mesma sorte.

“Na primeira pós deu tudo certo. Acho que foi porque não tive que ter tanto contato com a faculdade. Na segunda vez precisei fazer mais contato por conta de alguns problemas, e enfrentei várias barreiras para chegar a quem precisava. O contato com a faculdade é muito burocrático, porque não tem como ficarmos ‘cara a cara’”, critica.

Assim como ele, muitos não se sentem satisfeitos. Levantamento feito pelo portal Reclame Aqui – site especializado em queixas – para o Jornal de Brasília mostrou que 330 pessoas fizeram reclamações da modalidade a distância no DF em 2018. O número é 19% maior do que em 2017, quando 276 críticas foram registradas.

Entre os principais motivos das reclamações em 2018 estão a instabilidade dos sites e cobrança indevida, ambos com 7,6%. Em seguida, alunos também criticaram o mau atendimento, dificuldade de cadastro, demora na emissão de diploma e documentação (6,6%). Não muito atrás, a qualidade do serviço prestado (5,7%) também foi alvo das queixas dos estudantes do DF.

Para o mineiro Ednilson, o ensino a distância era o único modo de voltar a estudar e aprimorar o currículo sem atrapalhar a rotina. “Moro no interior. Um bom curso só conseguimos em Belo Horizonte, que fica a umas duas horas daqui. O deslocamento é difícil. No fim de semana sempre estamos fazendo plantões. O EAD é único jeito de continuar a estudar”, comenta.

Atendimento por robô não resolve problema

Movido pela boa experiência e por conseguir um desconto mais atrativo, o enfermeiro Ednilson Messias não pensou duas vezes em fazer um segundo curso na instituição de Brasília. Com duração de um ano, ele começou a ter problemas no final da pós-graduação. “Virei a noite fazendo um trabalho da última matéria do curso. Quando coloquei o trabalho no portal, pedi uma resposta mais rápida da tutora. Quando fui ver, ela havia retirado três pontos, não pelo conteúdo, mas porque não havia escrito de maneira científica”, recorda.

Conforme o enfermeiro, nas outras nove matérias a instituição não havia cobrado a escrita acadêmica. Por isso, questionou a correção. “Mande mensagem no fórum, liguei e abri um chat no site. Não consegui nenhuma resposta. Nunca consegui falar com o coordenador de curso. Em uma das respostas, o diretor me tratou com total descaso. É uma faculdade privada, a gente paga pelo curso mas não tem o um bom atendimento. O chat e o telefone são atendidos por um robô”, critica.

Para se formar, Ednilson precisa fazer uma única prova. No entanto, ele diz que não está mais motivado. “Entre numa fria. Durante o curso, estudava com a maior força de vontade. Eu me desiludi tanto. Ainda não agendei minha prova final. A sensação que tenho é que foi um dinheiro jogado no lixo”, lamenta o estudante.

“Estou com três colegas de trabalho querendo cursar a distância, mas não recomendo.

No EAD, o aluno tem que se virar sozinho. Mesmo que tenha esforço, força de vontade, têm coisas não dependem de você, mas sim de outros profissionais. Além disso, você sente falta da prática. É muita teoria, conhecimento científico, mas quando chego ao meu trabalho é como se estivesse aprendendo pela primeira vez”, completa o enfermeiro.

Movido pela boa experiência e por conseguir um desconto mais atrativo, o enfermeiro Ednilson Messias não pensou duas vezes em fazer um segundo curso na instituição de Brasília. Com duração de um ano, ele começou a ter problemas no final da pós-graduação. “Virei a noite fazendo um trabalho da última matéria do curso. Quando coloquei o trabalho no portal, pedi uma resposta mais rápida da tutora. Quando fui ver, ela havia retirado três pontos, não pelo conteúdo, mas porque não havia escrito de maneira científica”, recorda.

Conforme o enfermeiro, nas outras nove matérias a instituição não havia cobrado a escrita acadêmica. Por isso, questionou a correção. “Mande mensagem no fórum, liguei e abri um chat no site. Não consegui nenhuma resposta. Nunca consegui falar com o coordenador de curso. Em uma das respostas, o diretor me tratou com total descaso. É uma faculdade privada, a gente paga pelo curso mas não tem o um bom atendimento. O chat e o telefone são atendidos por um robô”, critica.

Para se formar, Ednilson precisa fazer uma única prova. No entanto, ele diz que não está mais motivado. “Entre numa fria. Durante o curso, estudava com a maior força de vontade. Eu me desiludi tanto. Ainda não agendei minha prova final. A sensação que tenho é que foi um dinheiro jogado no lixo”, lamenta o estudante.

“Estou com três colegas de trabalho querendo cursar a distância, mas não recomendo. No EAD, o aluno tem que se virar sozinho. Mesmo que tenha esforço, força de vontade, têm coisas não dependem de você, mas sim de outros profissionais. Além disso, você sente falta da prática. É muita teoria, conhecimento científico, mas quando chego ao meu trabalho é como se estivesse aprendendo pela primeira vez”, completa o enfermeiro.

Experiência positiva

Diferentemente de Ednilson, a orçamentista Shayene Boaventura, 29 anos, não tem do que reclamar. De Uberaba (MG), ela se mudou para Brasília há três anos. Na época, quando cursava o 5º semestre, ela teve de trancar o curso de Engenharia Civil para se mudar para a nova cidade. Quando chegou à capital, descobriu que sua faculdade oferecia o curso, com os mesmos professores, na modalidade EAD.

Por ter passado pelas duas modalidades na mesma universidade, ela conclui que não há diferenças na qualidade do conteúdo. “A única diferença que percebi é que o EAD exige uma disciplina maior. O material está ali e é você que tem que sentar para estudar. No presencial, o professor te puxa. Aqui não tem. É a necessidade que faz a gente buscar o estudo”, compara.

Com duas filhas, de 8 e 9 anos, e trabalhando fora o dia inteiro, Shayane adaptou sua rotina facilmente. “Eu acho até mais fácil, porque a aula está salva e posso assistir uma, duas ou até entender o conteúdo. No presencial, não tem isso. Tenho tutores quase que 24 horas, me respondem sempre com rapidez. Eu me organizo com base na minha

rotina”, aponta.

Para ela, críticas a respeito da metodologia são arcaicas. “Atualmente a gente faz tudo pelo computador e pela internet. Compras, banco e por que não podemos estudar? A carga horária é a mesma, bibliografia é a mesma, e tudo isso por um preço que, às vezes, sai mais em conta e ainda pode fazer no seu tempo”, completa a estudante.

Modelo em evolução

O ensino a distância está muito ligado à internet. No entanto, ele começou na década de 1990 em outro formato. Na época, estudantes podiam receber em casa livros, enciclopédias e outros materiais impressos por correio. De lá para cá, houve o surgimento das novas tecnologias e o crescimento da quantidade e qualidade do quadro de docentes. A contextualização é de Ormezinda Ribeiro, coordenadora do curso de Letras da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em ensino a distância.

“Muita gente não acreditava, desprezava e minimizava a educação a distância. As universidades públicas deixaram para as privadas esse trabalho, que acabou ficando como um filão empresarial. Só que, se não acreditava, ninguém investia. Instituições privadas, algumas picaretas, tomaram a frente visando o lucro e atrasaram o desenvolvimento e o trabalho em prol da qualidade”, esclarece.

A partir de 2010, a especialista lembra que o EAD começou a ter mais destaque a partir de políticas públicas. “Hoje o ensino a distância não está 100% equiparado na qualidade com o presencial devido a um processo de resistência. Mas a tendência é de que ensino chegue até a educação básica”, espera Ormezinda.

Para a professora, para avançar é preciso mais capacitação de professores. “Os professores não podem fazer do espaço tecnológico um depósito. Os tutores podem fazer uma aula a distância sem distância. Assim como no presencial, a experiência pode ser boa ou ruim, depende dos atores. Posso ter um aluno que não sei o nome, que vai para a aula e não participa. Não é a modalidade, é a forma como se conduz”, finaliza.

Versão Oficial

Por nota, o MEC informou que atua na supervisão de todas as instituições de ensino superior – públicas e particulares, incluindo as modalidades presenciais e a distância. As formas de fiscalização podem ser: por meio de denúncias por parte de alunos, docentes, servidores ou qualquer cidadão que tenha elementos formais que possam ser indícios de irregularidades; e, por meio dos indicadores de educação realizados periodicamente nos cursos superiores.

“No caos dos cursos de EaD, a avaliação inclui visita in loco, realizada pelo Inep, que conta com comissão de especialistas da área de conhecimento do curso e em EaD. A proposta de cada curso é definida pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que definem as possibilidades de oferta de cursos, inclusive no que se refere à exigência de atividades presenciais”, aponta a nota.

Procurada, a Faculdade Unyleya – instituição em que Ednilson faz a pós-graduação – alegou que apuraria as informações para tomar providências. Por nota, a empresa diz que estreita os laços entre alunos e coordenadores através da plataforma. “O aluno entra

em contato, pela plataforma de atendimento online, informando o seu problema, suas dúvidas, e o professor responde. A maioria dos problemas é resolvida pela própria plataforma.

Caso haja a necessidade, o coordenador ou a equipe de atendimento ao aluno faz o contato por telefone”, destaca. Além disso, existe um número (0800 602 6770) para que o aluno entre em contato. Por fim, a Unyleya reconhece que os cursos são teóricos e que não existe, de fato, a exigência de prática.

topo ↕

JORNAL PEQUENO - MA - GERAL

Número de pessoas presas inscritas no Enem e Encceja 2018 foi 16 vezes maior que em 2014

Mais da metade dos internos e internas do sistema prisional do estado que se inscreveram na mais recente edição do Enem foram aprovadas

Em 2018, o número de pessoas presas no Maranhão, inscritas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), foi 16 vezes maior que em 2014. Mais da metade dos internos e internas do sistema prisional do estado que se inscreveram na mais recente edição do Enem foram aprovadas.

O resultado alcançado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), demonstra o compromisso da atual gestão com a efetiva ressocialização da Pessoa Privada de Liberdade (PPL). Das 838 pessoas presas inscritas no Enem PPL, 431 delas, ou seja, 51,43% foram aprovados no Exame.

“Os números anuais são a prova do quanto o Governo do Estado se preocupa com a efetiva ressocialização da pessoa presa e, também, do quanto avançou na educação prisional, de 2015 para cá. Em 2014, foram 147 inscrições de pessoas presas nesses exames. Em 2018, registramos 2.436 inscrições no Enem e no Encceja PPL”, comemora o secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Na prática, o significativo aumento no número de presos inscritos nos dois exames é resultado de muito trabalho no âmbito da educação prisional. Hoje, conforme dados da Supervisão de Educação da Seap, são 1.458 internos devidamente matriculados em 120 turmas de ensino instaladas em todo o Sistema Penitenciário do Maranhão.

“Desse total de internos matriculados, 499 são custodiados da capital e 806 de unidades prisionais do interior, totalizando 1.305 detentos do sistema prisional matriculados. Ainda temos 153 recuperandos de Apac’s (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), fechando o total de 1.458 internos matriculados”, explica a supervisora de Educação da Seap, Thabada Louise.

Avanços gradativos

Os avanços na educação prisional do Maranhão ocorrem de forma gradativa. Essa melhora nos índices de inscrições de presos no Enem e Encceja pode ser vista em resultados de anos anteriores. Em 2015, foram contabilizadas 206 inscrições, 28,65% a mais que em 2014, ano em que foram registradas somente 147 internos inscritos nos certames.

Em 2016, o quantitativo de inscrições subiu para 587, ou seja, 64,91% de aumento. Já

em 2017, o total de pessoas presas inscritas subiu para 1.363. A melhoria nos índices da educação prisional do Maranhão, através de inúmeras iniciativas como os chamados 'Aulões' promovidos para preparação dos candidatos, possibilita aos internos sonhar com um futuro melhor.

“Quero sair daqui, mudar de vida e, quem sabe, até cursar uma faculdade. Este ano, eu tenho a expectativa de cursar Psicologia, me formar e construir uma nova história, pois, graças a Deus, aqui as oportunidades não faltam”, afirma o interno Anderson Clayton da Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 2 (UPSL 2), um dos aprovados no Enem PPL 2018.

topo ↕

ZERO HORA - RS - ARTIGOS

EDUCAÇÃO BÁSICA: ANTES TARDE DO QUE NUNCA

ANTONIO PADULA

Professor titular na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

O Iluminismo foi um movimento filosófico e moral liderado por letrados do século 18. A construção iluminista buscava lançar a luz do saber e da liberdade sobre as trevas da ignorância, da barbárie e do despotismo da época. O filósofo alemão Immanuel Kant, em seu célebre ensaio *Urna Resposta à Questão: O que é Iluminismo?*, de 1784, manifestava que "iluminismo é a saída do homem da imaturidade". Imaturidade significava sujeitar-se à vontade de terceiros, definidores e "guardiões" do que seria bom para os indivíduos.

Para Kant, a saída da imaturidade era a conquista de liberdade e autonomia, a possibilidade de agir segundo sua própria razão e vontade. Mas como conseguir essa autonomia? Segundo Kant, só por meio da educação e do conhecimento. No Brasil, a educação sempre foi relegada e até proibida. Manter a população analfabeta foi uma estratégia para se estabelecer uma elite letrada e "guardiã". Como sinaliza o historiador Jorge Caldeira em seu livro *História da Riqueza no Brasil*, "o analfabetismo no Brasil foi uma construção rigorosa". Assim, por meio de acessos privilegiados e benesses, a elite letrada brasileira foi se apropriando da riqueza nacional.

Manter a população analfabeta levou o Brasil ao atraso. Estamos entre os países campeões em desigualdade social e criminalidade. Mas como tirar a população brasileira dessa servidão? Parece que a recomendação de Kant é aplicável para os dias de hoje: educação básica. A necessidade de pessoas educadas para conduzir os processos políticos, econômicos e tecnológicos está se impondo sobre as nações. "Não ter educação" pode significar estar fora da moderna economia e ser explorado em subempregos.

Como conseguir recursos para investir na educação básica? Hoje, grande parte da riqueza do Brasil está sendo apropriada por elites formadas por corporações de ofício e empresariais e categorias de servidores públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário). Assim, reformas na Previdência (justa e sustentável), no sistema tributário (eliminação de subsídios e isenções) e privatização de estatais poderão gerar recursos para investimentos na educação básica, com alto impacto (autonomia e redução da pobreza, da desigualdade e da criminalidade). Necessita-se também de um redesenho do pacto

federativo, designando a Estados e municípios maior participação na arrecadação de tributos e destinação de recursos para investimentos em educação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufla assina contrato para início das obras de novo campus em São Sebastião do Paraíso

Nova unidade vai oferecer 180 vagas em quatro cursos de graduação.

Representantes da Universidade Federal de Lavras (Ufla) assinam nesta segunda-feira (4) o contrato para início das nove obras no novo campus em São Sebastião do Paraíso (MG). A unidade deve oferecer 180 vagas para novos alunos.

Nesta primeira etapa, serão construídos anfiteatro, biblioteca, campo e quadra, centro de convivência e pavilhão de aulas. Também estão previstos no projeto os prédios da Incubadora, das Engenharias, de Laboratório e de Logística.

As vagas serão para alunos de quatro cursos de graduação - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (Bict), Engenharia Industrial, Engenharia de Software e Engenharia de Produção. Após aprovação da **Capes**, o local também deve receber o mestrado profissional em Tecnologias para a Agroindústria.

Participam da cerimônia de assinatura nesta segunda-feira o reitor da Ufla, professor José Roberto Soares Scolforo, e o prefeito Walker Américo Oliveira. Segundo a reitoria, esta será a primeira universidade federal em um raio de 100 quilômetros de São Sebastião do Paraíso.

As obras começam já nesta terça-feira (5). A previsão é que todas sejam concluídas em até 24 meses.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

PrInt permitirá troca de doutorandos com o Canadá

A **CAPES** assinou um acordo com a MITACS, organização canadense sem fins lucrativos, para o envio e recebimento de doutorandos entre instituições de ensino canadenses e brasileiras. A cooperação é voltada para as instituições participantes do **CAPES/PrInt**.

O intercâmbio de doutorandos poderá ser feito por períodos de 12 a 24 semanas. São 160 vagas disponíveis por ano nas instituições parceiras da MITACS. Haverá um cofinanciamento na parceria **CAPES / MITACS**: cada agência arcará com 50% do custo final dos bolsistas.

A organização canadense, há 19 anos no mercado, atua com 60 universidades e mais de 4 mil empresas no país. Seu foco é voltado para a construção de parcerias que apoiem a inovação e a pesquisa, unindo academia, governo e indústria.

Instituições de ensino superior brasileiras (IES), participantes do **CAPES/PrInt**, que tenham interesse em participar da parceria, podem iniciar o processo seletivo interno. Depois da seleção, cada IES deverá entrar em contato com a MITACS.

A **CAPES** homologará as bolsas previamente aprovadas pela seleção interna e pela MITACS. As dúvidas podem ser enviadas para mitacs@capes.gov.br.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 01.02.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Revista RBEP tem novas diretrizes para submissão de artigos

No ano em que a revista RBEP completa 75 anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga novas diretrizes para submissão de artigos para a publicação a partir de 2019. As mudanças incluem ampliação do total de caracteres e, principalmente, diretrizes éticas. As novas diretrizes atendem regras das principais bases de dados internacionais para indexação de publicações, como o Scielo.

Os artigos não podem estar em processo de avaliação em outra revista. Também não será admitido o uso não referenciado de ideias, conceitos, análises, imagens e textos (ou fragmentos de textos) de outros autores. Artigos originais não podem conter mais de 30% de trechos de textos já publicados e do mesmo autor em outras revistas com International Standard Serial Number (ISSN) ou livros com International Standard Book Number (ISBN). Artigos que resumam parte de uma palestra ou tese/dissertação acadêmica só serão aceitos se estiverem referenciados.

Pelas novas diretrizes, autores são aqueles que contribuíram de forma substancial em todas as etapas do trabalho (concepção, aquisição de dados, análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica do conteúdo e aprovação final da versão). Colaborações de estagiários e auxiliares de pesquisa deverão ser citadas ao final do artigo. O limite máximo de extensão dos originais passou de 50 mil para 55 mil caracteres com espaços para 55 mil. Além de resumos em português e inglês com descrição do referencial teórico utilizado nos artigos submetidos à RBEP, os autores precisarão entregar também um resumo em espanhol.

RBEP – Publicada desde 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) tem conceito máximo no Qualis Periódicos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**: A1 em “Ensino” e A2 em “Educação”. Reconhecida e disseminada no meio científico, a revista tem indexação em importantes bases de dados internacionais, como Scielo, Directory of Open Ocean Journal (Doaj), Elektronische Zeitschriftenbibliothec (EZB) e Hispanic American Periodicals Index (Hapi). A RBEP reúne artigos inéditos, resultantes de pesquisas que apresentem consistência, rigor e originalidade na abordagem do tema e que contribuam para a construção do conhecimento na área de Educação. A revista também publica relatos de experiência e resenhas. A submissão de trabalhos é exclusivamente pelo Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (Seer), acessível pelo site da RBEP.

Assessoria de Comunicação Social - CAPES (01.02.2019)

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Escolas municipais de SP voltam às aulas sob ameaça de greves

Profissionais da educação prometem aderir a paralisação geral; metroviários votam hoje

SÃO PAULO

A volta às aulas nas escolas da rede pública municipal de São Paulo acontece hoje em meio à promessa de greve geral de professores. Os profissionais se juntam, segundo o Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal) a uma greve

geral do funcionalismo municipal.

Os servidores protestam contra o projeto de lei 17.020/2018, que cria a Sampaprev (São Paulo Previdência), a reforma da previdência municipal.

Os médicos servidores municipais informaram que aderiram à greve e que manterão as atividades paradas “por tempo indeterminado”, mas que os atendimentos de emergência serão mantidos.

Enfermeiros servidores e guardas-civis metropolitanos também declararam apoio, em carta aberta.

Uma assembleia está marcada para as 14h de hoje, em frente à prefeitura.

Os funcionários do metrô também farão uma assembleia nesta segunda, às 18h30, no sindicato da categoria, por outros motivos. A reunião definirá os detalhes de uma greve prometida para terça-feira (5).

Os metroviários lutam contra o que consideram uma tentativa de retirada de direitos e terceirização do Metrô. Eles também protestam contra o choque de dois trens na linha 15-prata do monotrilho (no último dia 30) e à demissão de um operador de trem que, segundo os representantes da categoria, ocorreu por justa causa.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metroviários, Alex Fernandes, a greve do metrô será nas linhas 1-azul, 2-verde, 3-vermelha e 15-prata (monotrilho). A linha 4-amarela não terá paralisação, pois ela é operada pela iniciativa privada.

A prefeitura informou que a aprovação da reforma da Previdência deve resultar em uma redução de cerca de R\$ 370 milhões por ano no déficit para a cidade, mas que respeita o direito constitucional à greve. A gestão diz ainda que mantém diálogo com os sindicatos.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

A importância do investimento na educação de crianças pequenas: uma questão de justiça social

Hoje escreverei sobre um dos temas que mais tem atraído minha atenção nos últimos anos na área de educação básica: a educação infantil, em especial de crianças de famílias pobres, e seus benefícios tardios. Não custa lembrar que sou professora de bioquímica e que leio sobre educação quase como um lazer (e prazer!).

Meu contato com o tema se deu quando assisti, há cerca de cinco anos, a uma palestra na Academia Brasileira de Ciências proferida pelo nobelista (Prêmio Nobel em Ciências Econômicas de 2000) James Heckman, grande pensador e formulador do tema que hoje abordo para vocês.

A palestra foi um exemplo de interdisciplinaridade: ele mostrava imagens de ressonância magnética funcional do cérebro de crianças, entremeadas com equações, tabelas e gráficos complicadíssimos de economia, mas que foi destrinchando lentamente e passando sua mensagem. Mas que mensagem foi essa que ele nos apresentou?

Heckman combinou estudos da neurociência e psicologia, que mostram que o cérebro

humano se desenvolve de forma progressiva (as células se multiplicam e estabelecem sinapses – conexões entre os neurônios por onde passam os sinais químicos), desde o período pré-natal até a idade adulta, e que esse desenvolvimento, além de ser ditado pela genética de cada indivíduo, recebe fortes influências do ambiente e da experiência individuais de cada um. Ou seja, nossas vivências moldaram e moldam o que somos e o que seremos! Mais do que isso, embora o desenvolvimento do cérebro se dê durante toda a nossa vida, existem períodos onde o cérebro está mais sensível e propício para desenvolver e consolidar certas habilidades e competências que vão reger nossa vida futura (sucesso no trabalho, na vida afetiva, nossa capacidade de fazer amigos, nossa índole etc). As competências que estamos tratando aqui são as competências cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais, moldadas ao longo de toda a vida, mas, em especial, na infância, devendo-se destacar, ainda, que existe uma forte interdependência no desenvolvimento das mesmas. Falaremos dessas competências mais abaixo.

Isso nos leva a concluir que crianças que recebem desde cedo e na hora certa certos estímulos de seus pais ou cuidadores terão os desenvolvimentos cognitivo e sócio-emocional mais proeminentes do que crianças que não os recebem. Isso nos remete a pensar nas crianças crescidas em famílias pobres e desfavorecidas onde os recursos e estímulos são limitados ou escassos.

E foi aí que Heckman fez sua grande contribuição ao calcular, como economista, qual a taxa de retorno de uma unidade monetária investida na educação de crianças pequenas (até 6 anos) em relação a esse mesmo investimento realizado em outra faixa etária (por exemplo, no ensino fundamental ou médio). Cabe aqui mencionar que Heckman não estava somente preocupado em analisar as habilidades cognitivas (QI, por exemplo) das crianças crescidas em famílias mais ou menos abastadas. Ele sempre se preocupou em destacar as habilidades não cognitivas como fundamentais para garantir o sucesso futuro de um indivíduo, habilidades que foram por ele denominadas “Big Five” (penso que hoje são mais que cinco, mas me atarei as que ele enumerou): 1. Abertura a novas experiências, 2. “Conscienciosidade” (organização, responsabilidade e capacidade de trabalhar com afinco), 3. Sociabilidade, 4. Agradabilidade (espírito colaborativo, não egoísta) e 5. Estabilidade Emocional. Dá para imaginar que, no mundo de hoje, não basta apenas conhecer profundamente um determinado assunto para ser bem sucedido profissionalmente. Conhecer bem o seu tema é muito importante, mas estar aberto ao novo, ser sociável, agir de forma responsável e ética para com o próximo e com o ambiente, ter motivação, persistência, tenacidade são quesitos igualmente importantes. Heckman mediu isso do ponto de vista econômico, conforme mostrarei mais à frente.

Muitos dos testes que medem o desempenho das crianças e dos adolescentes se baseiam exclusivamente nas habilidades cognitivas, ou seja, em quanto cada um sabe sobre aquela disciplina ou matéria, sem maiores preocupações com essas habilidades ou competências ditas sócio-emocionais e que são fundamentais para o sucesso do futuro adulto. Alguns testes como o PISA já estão avaliando essas competências em reconhecimento à importância das mesmas.

Existem alguns estudos formidáveis realizados nos Estados Unidos que acompanharam por décadas as trajetórias de crianças oriundas de famílias pobres que participaram dos estudos e as comparou com as trajetórias de crianças de mesma origem social, mas que não receberam as intervenções propostas. Até onde acompanhei, estudos semelhantes estavam em curso no Brasil, mas, confesso, não sei agora o estágio em que se

encontram. Fico devendo essa informação a vocês. Passo agora a descrever alguns desses estudos americanos de forma breve e que serviram de base para as teorias de Heckman:

1. Perry Pre-School Program – O programa começou em 1962 em Michigan e envolveu 123 crianças de 3 e 4. As crianças ficavam na escola metade do dia recebendo estimulação adequada. À tarde, as crianças recebiam a visita dos professores em suas casas, quando necessário. Aos 10 anos, as crianças do grupo Perry (que receberam a intervenção) não tinham QI muito diferente das crianças do grupo controle. No entanto, quando se olhou cada um dos indivíduos aos 40 anos, foram claros os benefícios daqueles que passaram pelo Perry. As taxas de escolaridade, os salários, a propriedade de residências foram maiores no grupo Perry, ao passo que o recebimento de auxílios de seguridade social, a taxa de criminalidade, gravidez precoces foram menores nesse grupo. O programa certamente foi caro, já que envolvia qualificação e treinamento de pessoas, compra de materiais, acompanhamento dos indivíduos por décadas etc. Mas, quando se calcula a taxa de retorno, ou seja, quanto se economizou com a menor criminalidade, a menores taxa de evasão escolar, os maiores salários recebidos pelos participantes e tudo mais de bom que se alcançou com a intervenção correta na infância daquelas crianças, se chega a uma taxa de retorno de 1:8. Era isso que Heckman mostrava nas inúmeras tabelas e gráficos que apresentou na Academia Brasileira de Ciências: a cada dólar investido na educação dos pequenos, retornam 8 dólares para a economia do país.

- Abecedarian - Começou em 1972 na Carolina do Norte. Do programa participaram 111 crianças com cerca de poucos meses até 5 anos, todas oriundas de famílias americanas pobres. Nesse caso a intervenção era o dia todo por cinco dias na semana. As crianças receberam suplemento nutricional, assistência médica e outras vantagens também oferecidas ao grupo de crianças controle, para que não houvesse diferença no resultado e que permitisse que também as crianças do grupo controle fossem de alguma forma atendidas em suas necessidades básicas. Da mesma forma, o estudo foi muito caro, mas revelou uma taxa de retorno de 2,5, ou seja, para cada dólar investido há um retorno de 2,5 dólares, medidos através do que eu enumerei acima (menor criminalidade, menor taxa de repetência, maiores salários etc.). A esse estudo se faz uma crítica que é saber se seu sucesso se deveu ao estágio precoce em que foi implementado (bebês) ou se à intensidade com que as crianças receberam a intervenção (o dia todo por alguns anos).

Heckman comparou esses estudos (há ainda o Estudo de Chicago de 1985, que não lhes descrevi aqui) com políticas públicas implementadas mais tarde quando a criança está no ensino fundamental ou médio. E os resultados são contundentes: os maiores retornos se dão quando os investimentos são feitos na primeira infância! Ou seja, é preciso estimular o cérebro das crianças na idade certa e de forma correta. Investir mais tarde torna mais difícil correr atrás do prejuízo e, com isso, as crianças crescidas em famílias carentes manterão essa diferença de desempenho em relação às crianças crescidas em famílias ricas por toda a vida escolar. No entanto, cabe ressaltar que se deve, certamente, investir nas demais fases da vida escolar das crianças, até porque as que recebem os estímulos corretos na infância, se chegarem mais tarde em uma escola bem equipada e com professores bem formados, só se beneficiarão ainda mais da educação de qualidade que porventura venham a receber.

Face ao que acabo de lhes contar, acho que investir na educação das nossas crianças pequenas, em especial das de famílias vulneráveis, é um grande investimento que podemos fazer. É um ato de justiça social e equidade!

No momento de tantas mudanças políticas no país, talvez o maior e mais qualificado investimento seja esse: a educação das crianças pequenas. Qualquer que seja o formato do estudo, a taxa de retorno futuro é significativa. Heckman nos mostrou isso. A ciência nos mostra isso! Tomara que nossos políticos, que andam tão céticos em relação à ciência (será que as mudanças climáticas estão, de fato, acontecendo e são elas causadas pela ação humana??!!), tomem ciência (literalmente...) acerca desse dados e implementem políticas públicas como essas de grande retorno social!

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unimontes está com inscrições abertas para doutorado em Biotecnologia São oferecidas seis vagas em duas linhas de pesquisa e as inscrições podem ser feitas até o dia 13 de março.

A Unimontes está com inscrições abertas para a primeira turma de doutorado em Biotecnologia. Podem participar mestres ou mestrandos nas áreas das ciências biológicas, da saúde e farmacêuticas, além das engenharias. São seis vagas em duas linhas de pesquisa: “Uso Sustentável da Biodiversidade” e “Biotecnologia Industrial”.

As inscrições começaram nesta segunda-feira (4) e podem ser feitas até o dia 13 de março na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGB) da Unimontes, que fica no prédio 7, sala 201.

O processo conta com provas de proficiência em língua inglesa, exame de conhecimentos específicos e apresentação do projeto para a tese. As provas serão aplicadas no dia 25 de março. Outras informações pelo site ou pelo telefone (38) 3229-8342.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufla assina contrato para início das obras de novo campus em São Sebastião do Paraíso

Nova unidade vai oferecer 180 vagas em quatro cursos de graduação.

Representantes da Universidade Federal de Lavras (Ufla) assinam nesta segunda-feira (4) o contrato para início das nove obras no novo campus em São Sebastião do Paraíso (MG). A unidade deve oferecer 180 vagas para novos alunos.

Nesta primeira etapa, serão construídos anfiteatro, biblioteca, campo e quadra, centro de convivência e pavilhão de aulas. Também estão previstos no projeto os prédios da Incubadora, das Engenharias, de Laboratório e de Logística.

As vagas serão para alunos de quatro cursos de graduação - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (Bict), Engenharia Elétrica, Engenharia de Software e Engenharia de Produção. Após aprovação da **Capes**, o local também deve receber o mestrado profissional em Tecnologias para a Agroindústria.

Participam da cerimônia de assinatura nesta segunda-feira o reitor da Ufla, professor José Roberto Soares Scolforo, e o prefeito Walker Américo Oliveira. Segundo a reitoria, esta será a primeira universidade federal em um raio de 100 quilômetros de São

Sebastião do Paraíso.

As obras começam já nesta terça-feira (5). A previsão é que todas sejam concluídas em até 24 meses.

topo ↕

O TEMPO - MG - TEMPO REAL

Aulas na rede particular voltam e na pública são adiadas em Brumadinho Segundo a prefeitura, a previsão é que na rede municipal as aulas voltem dia 11 e na estadual no próximo dia 7.

As aulas na rede pública de Brumadinho não tiveram início nesta segunda-feira (4). A cidade está sofrendo após o rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão no último dia 25 de janeiro. Cerca de 6.000 alunos fazem parte da rede pública na cidade.

De acordo com a prefeitura, Há dificuldade de acesso a algumas escolas e a perda de parentes e pessoas próximas também é uma realidade para alunos e professores.

Ainda segundo a prefeitura, a previsão é que na rede municipal as aulas voltem dia 11 e na estadual no próximo dia 7. Na rede particular as aulas retornaram nesta segunda-feira (4). Há duas escolas particulares no município com cerca de mil alunos.

